

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	15
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	54
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	61
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	68
10.5 - Políticas contábeis críticas	74
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	77
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	78
10.8 - Plano de Negócios	79
10.9 - Outros fatores com influência relevante	91

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui políticas de gerenciamento de riscos formalizadas e publicadas internamente, tais como as Políticas de "Gestão de Riscos Corporativos", e de "Tesouraria (Política de Investimentos, Política de *Hedge* e Política de Captações)". Esta última foi revisada em setembro de 2020 pelo Conselho de Administração.

Em 2020, a Companhia consolidou seu processo de revisão e implementação de sua Política e metodologia de gestão de riscos corporativos estando aderente as normas e melhores práticas relacionadas, tais como "COSO ERM" e "ISO 31000". Implementada em 2019 a Política passou por revisão para atualizações e teve sua última versão vigente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião ordinária realizada em 28 de outubro de 2020.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

As políticas de Gestão de Riscos visam estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento e tratamento dos riscos corporativos e respectivas atividades de controle, visando prevenir eventos que possam de alguma forma impactar no alcance dos objetivos estabelecidos ou comprometer a adequada conformidade de suas operações.

Para todos os contextos, nossa análise de riscos busca proteção para riscos que possam causar relevantes impactos financeiros, operacionais, regulatórios ou a clientes.

ii. os instrumentos utilizados para proteção.

A Companhia define os mecanismos de proteção bem como a resposta apropriada aos riscos de acordo com sua natureza e com o nível de exposição ao risco objeto de análise, de maneira a garantir um tratamento adequado frente aos fatores de risco envolvidos.

Em geral, as principais medidas adotadas para mitigação dos riscos na Companhia são reduzir a probabilidade e/ou o impacto de um evento de risco adverso para um limite aceitável por meio da implantação de controles e iniciativas, e/ou compartilhar o risco com outra parte que esteja disposta a arcar com os impactos de eventual materialização através da contratação de seguros ou obtenção de títulos e garantias, conforme aplicável.

Os riscos relacionados à conformidade de execução dos processos internos, tais como: fraude, corrupção e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são continuamente aferidos pelo processo de avaliação da efetividade do nosso ambiente de controles internos, incluindo auditoria independente periódica.

Desta forma, busca-se proteger os ativos e fluxos operacionais contra riscos relevantes, a fim de reduzir a volatilidade dos seus resultados e garantir a preservação do patrimônio e a continuidade das operações da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Adicionalmente, a Companhia dispõe de um processo de monitoramento contínuo e análise crítica permanente do ambiente de riscos e controles associados, incluindo testes e acompanhamento de indicadores (*KRIs - Key Risk Indicators*) para medir a eficácia da mitigação e aderência ao apetite e tolerância estabelecidos.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A estrutura organizacional da Companhia envolvida no gerenciamento de riscos e controles baseia-se no modelo de 3 linhas de defesa, assegurando o adequado tratamento dos riscos em todos os níveis (operacional, tático e estratégico), conforme ilustrado abaixo.



Para Companhia, o gerenciamento de riscos e controles não é um evento isolado de responsabilidade de uma única área, mas faz parte de um processo estruturado que requer o engajamento de todos na empresa. Abaixo listamos um resumo das responsabilidades dos principais agentes envolvidos no processo de gestão de riscos na Oi:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, definir o Apetite ao Risco da Companhia e as diretrizes estratégicas que devem ser seguidas;
- Avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade.

COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E CONTROLES (CARC)

- Supervisionar o sistema de gerenciamento de riscos, monitorar as exposições a risco da Companhia e, nesse âmbito, requerer as informações necessárias para subsidiar a avaliação dessa exposição e da efetividade das atividades mitigatórias relacionadas;
- Suportar o Conselho de Administração em assuntos relativos a avaliações de risco dos negócios e dos mecanismos internos de controle.

CONSELHO FISCAL (CF)

- Conhecer os riscos da Companhia e definir/dialogar com os agentes integrantes do processo de gestão de riscos sobre os tipos, formatos e periodicidade da informação de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

que necessita para cumprir seu dever de fiscalização buscando reunir dados para subsidiar a formação de sua opinião sobre atos de gestão e demonstrações financeiras.

COMITÊ DE GESTÃO (CdG) E REDIR (REUNIÃO DE DIRETORIA)

Compostos pelos principais executivos da Alta Administração, incluindo os diretores estatutários (REDIR), exercem a função de Comitê Executivo de Riscos. Suas principais atribuições são:

- Validar e monitorar a execução das políticas e o cumprimento das normas de gestão de riscos, orientando quando houver a necessidade de tomada de decisão;
- Definir os *Risk and Control Owners* e priorização de ações mitigatórias.

GESTÃO DO NEGÓCIO (*RISK AND CONTROL OWNERS*)

- Implementar e operacionalizar as ações necessárias para assegurar um controle adequado e mitigação dos riscos sob sua responsabilidade;
- Gerir e reportar os riscos e controles sob sua responsabilidade, alertando para novas situações de exposição a riscos ou necessidades de aprimoramento do ambiente de controle.

DIRETORIA DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONFORMIDADE (GRC)

Na atual estrutura organizacional da Companhia, a Diretora de *GRC* exerce também a função de Diretora de Riscos (*CRO - Chief Risk Officer*) e Controles Internos, tendo reporte funcional ao Diretor Presidente (CEO) e independência garantida pelo reporte ao CA e CARC. Entre suas principais atribuições estão:

- Disseminar a cultura e promover a integração da gestão de riscos e controles na Companhia suportando as áreas de negócio;
- Liderar a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos e controles, incluindo metodologia, processos e sistemas de gerenciamento;
- Acompanhar e reportar as mudanças nos níveis de risco, bem como status de planos de ação de mitigação, remediações de gaps e tratamento de causa-raiz e efeitos, e eficácia de controles internos associados.

AUDITORIA INTERNA

- Avaliar a efetividade dos mecanismos de controle e gestão de riscos quanto ao nível de confiabilidade, integridade, eficiência das operações e cumprimento com leis e regulamentos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos assegura com razoável segurança a efetividade das Políticas de gerenciamento de riscos adotadas, mas trabalha permanentemente no aperfeiçoamento contínuo destes mecanismos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia monitora os principais riscos de mercado através das regras definidas em suas políticas de Investimento, de *Hedge* e de Captação, que conjuntamente compõem a Política de Tesouraria. Aprovada pelo Conselho de Administração no dia 4 de fevereiro de 2010, atualizada em janeiro de 2016 e aditada em agosto de 2017, em setembro de 2020, houve uma nova revisão aprovada pelo Conselho de Administração.

Com a aprovação da Política de *Hedge* e de Investimentos, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pela Diretora de Finanças e Relações com Investidores, Diretora de Governança, Riscos e Conformidade, Diretor de Tesouraria e Análise de Desempenho, além de no máximo mais dois diretores adicionais da Diretoria de Finanças e no mínimo um diretor ex-Finanças. Ao final de 2020, estas cadeiras eram compostas pelo Diretor de Contabilidade, Diretor de Planejamento e Avaliação Financeira, Diretor Jurídico Tributário e Diretor de Regulamentação e Assuntos Institucionais.

Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), a Companhia concluiu o processo de novação de suas dívidas e pode medir com mais exatidão os fatores de risco para efeitos de Política de *Hedge* e de Investimentos. Com isso, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração, em agosto e em outubro de 2018, uma nova estratégia de *hedge* para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir desta data. Em linha com os pilares da Política de *Hedge*, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos *covenants* financeiros.

Para obter maiores informações sobre a RJ, favor checar item "6.5" do Formulário de Referência.

Para minimizar o impacto das flutuações cambiais sobre o fluxo de caixa da companhia, após a conclusão da venda da PT Ventures, em janeiro de 2020, a Companhia optou pela manutenção de parte dos recursos recebidos com esta venda em caixa *offshore*, como *hedge* natural tanto para fazer face ao pagamento dos juros em moeda estrangeira a serem feitos em 2020 quanto para a parcela das despesas operacionais da Companhia denominadas em Dólar. Adicionalmente, a Companhia contratou operações de *hedge* para parcela das despesas operacionais da Companhia denominadas em Dólar. Com isso, em 2020 a Companhia passou a cobrir 100% da exposição de fluxo de caixa destas operações com operações de proteção. O percentual de cobertura cambial para efeito de *covenants* e resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados, em que há que se considerar os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo, é de 40,9%.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:****i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juros, que impactam: (1) os passivos da Companhia denominados em moeda estrangeira; (2) os passivos da Companhia denominados em CDI e TJLP e (3) o valor justo e o fluxo de caixa de suas operações financeiras. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar as exposições a estes riscos, estabelecer parâmetros de risco aceitáveis com base na Política de *Hedge* observada pela Companhia e mencionado no item "ii" abaixo.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Política de *Hedge* visa regulamentar a gestão da exposição da Oi S.A. aos riscos de crédito e liquidez relacionados às contratações de instrumentos financeiros derivativos, bem como o risco de mercado decorrente de exposições a fatores de riscos financeiros, observadas as limitações de crédito que a Companhia venha a possuir junto às Instituições Financeiras. Esta Política visa, ainda, estabelecer regras para a contratação de instrumentos financeiros utilizados para mitigar os riscos desta exposição.

O objetivo da Política de *Hedge* é definir os pilares da Política e os riscos a serem tratados, estabelecer a metodologia para quantificação, ações mitigatórias e monitoramento de riscos, além de formalizar o processo de gestão de exposições a fatores de risco e definir responsabilidades e alçadas para a gestão e monitoramento de riscos.

Em relação aos pilares, a Política de *Hedge* deverá buscar (1) preservar o caixa consolidado do grupo, (2) mitigar o risco de descumprimento dos covenants financeiros acordados com os credores em razão de impactos desfavoráveis nas variáveis associadas à dívida, caixa e hedge e (3) garantir baixa volatilidade do fluxo de caixa financeiro da Oi S.A. quando comparado com os níveis de Orçamento, bem como o apetite de risco de longo prazo da Companhia.

Cabe ressaltar que a Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos e o método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos contratados são o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício.

Na Política de *Hedge*, os riscos de crédito e de liquidez são gerenciados através do estabelecimento de contratos bilaterais com instituições financeiras de primeira linha. Já o risco de mercado é avaliado através de uma definição clara do conceito de exposição, bem como de um perfeito alinhamento com o Conselho de Administração da Oi S.A. no que tange ao apetite de risco da companhia, considerando um cenário esperado para os principais fatores de risco (câmbio e juros) em um determinado ano, bem como os limites de crédito com as contrapartes, além das volatilidades esperadas para estes indicadores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Com seus novos fatores de risco mensurados a partir da publicação do Plano de Recuperação Judicial homologado, em agosto e em outubro de 2018 a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia de *hedge* para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir desta data. Em março de 2020, a Companhia aprovou junto ao CA a Diretriz de Risco para o corrente ano.

Cabe ressaltar que do ano de 2009 até 2015, o foco da Diretriz de Risco era o *Earning at Risk*, tendo como objetivo garantir a volatilidade do resultado financeiro dentro de níveis pré-determinados, além de garantir a distribuição de dividendos. A partir de 2016, o foco passou a ser o *Cash Flow at Risk*, ampliando o conceito de exposição para exposição de balanço e exposição de fluxo de caixa, além de ter como pilares a preservação do caixa consolidado, o cumprimento dos *covenants* financeiros e a volatilidade do fluxo de caixa dentro de níveis pré-acordados. A redução da volatilidade do resultado financeiro nas Demonstrações de Resultado do Exercício (DRE) será um objetivo da tesouraria desde que não esteja em conflito com os pilares anteriores.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Em 31 de dezembro de 2020, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente contratos de NDF – *Non Deliverable Forward* de US\$/R\$ e, referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	134.987	55.025	134.987	55.025
Operações de termo em moedas – resultado operacional	3.478	17.088	3.478	17.088
Total	138.465	72.113	138.465	72.113

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos *hedges* cambiais designados para fins de contabilidade de *hedge*:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2019	(1.152)	(1.152)
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado	(2.409)	(2.409)
Saldo em 2020	(3.561)	(3.561)

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

De acordo com a Política de *Hedge*, a Diretoria de Finanças acorda com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos de mercado a que a Companhia e suas subsidiárias estão expostas são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão.

A quantificação da exposição a estes fatores de risco é realizada a partir do saldo das dívidas, aplicações e derivativos que estão sujeitas à possibilidade de flutuações de moedas (principalmente, dólar norte-americano) e taxas de juros (CDI, TJLP e TR).

Após a homologação do Plano de Recuperação Judicial e a conclusão do processo de novação de suas dívidas, em 31 de julho de 2018, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia de *hedge* para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Diferentemente de anos anteriores, a Companhia não possui mais como Diretriz de Riscos um Impacto Máximo no Lucro Líquido. Em linha com os pilares da Política de *Hedge*, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos *covenants* financeiros, através do monitoramento da exposição cambial. O perfil de vencimento de longo prazo da dívida confere à Companhia tranquilidade para buscar *timing* adequado para o fechamento de tal exposição.

Em 31 de dezembro de 2020, os efeitos das medidas de *lockdown* e de isolamento social sobre a economia mundial, continua contribuindo para a manutenção do Real em um nível mais depreciado no período, com impacto relevante na dívida bruta da Companhia. Esta elevação, no entanto, representa um impacto puramente contábil até o momento, uma vez que o vencimento das dívidas encontra-se no longo prazo. Apenas o *Bond* qualificado possui saídas de caixa em moeda estrangeira para pagamento de juros. No entanto, a próxima parcela com vencimento em fevereiro de 2021, encontra-se protegida através de operações de NDF.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia não contrata instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial (*hedge*).

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento de riscos financeiros é realizado considerando a estrutura consolidada do Grupo Oi em três níveis: estratégico, tático e operacional.

Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda, com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida.

No nível tático, cabe ao Comitê de Gestão de Riscos Financeiros supervisionar o cumprimento da Diretriz de Risco, níveis de exposição a riscos financeiros e enquadramento à Política de *Hedge*. O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros reúne-se mensalmente e é atualmente composto pelos administradores informados no item "ii" acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

O controle operacional é realizado pela Gerência de Riscos Financeiros, responsável pelo monitoramento da aderência das operações financeiras à Política de *Hedge*, tendo implementado controles para assegurar tal objetivo.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com a aprovação da Política de *Hedge*, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, responsável pela supervisão do enquadramento a essa Política de *Hedge*, através da análise de apresentações realizadas em reuniões ordinárias mensais. Tais apresentações são elaboradas pela Gerência de Riscos Financeiros, que monitora a aderência das operações financeiras aos limites estabelecidos pela Política de *Hedge*, incluindo limites de concentração, qualidade de crédito de contrapartes e alçadas de aprovação para contratação de operações. Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de *Hedge*, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos *covenants* financeiros.

Cabe ressaltar que, em linha com o estabelecido no Plano, conforme aditado, o BNDES concorda que, a partir da Homologação Judicial do Aditamento ao PRJ (8 de outubro de 2020) e até a liquidação financeira da alienação da UPI Ativos Móveis ou até 30 de maio de 2022, o que ocorrer primeiro, a obrigação de cumprimento dos índices financeiros previstos no contrato terá sua exigibilidade temporariamente suspensa pelo BNDES e, portanto, durante tal período, sua não observância não implicará em eventual descumprimento contratual.

A Gestão de Riscos Financeiros também faz parte de um processo mais amplo, que engloba o monitoramento dos controles internos de toda a Companhia, inclusive para o cumprimento da legislação e regulamentação norte-americana. A Diretoria de Controladoria da Companhia elabora um relatório de monitoramento da eficácia do ambiente de controles para todos os processos críticos da organização, onde inclui-se o processo de Gestão de Riscos Financeiros, relatório este que é enviado para os responsáveis pelos processos. O envio deste relatório objetiva a mitigação dos riscos corporativos, por meio de sua adequada gestão dos controles e eventuais implementações de planos de ação.

Considerando a estrutura detalhada acima, entendemos que a estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade das políticas encontram-se adequadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

O monitoramento do nosso ambiente de controles internos é um processo contínuo e planejado com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia, manter razoável segurança do atingimento dos objetivos, bem como suportar a preparação das demonstrações financeiras para apresentação externa de acordo com os princípios contábeis aplicáveis.

Nosso sistema de controles internos é baseado em modelos internacionalmente reconhecidos como COBIT (*Control Objectives for Information and related Technology*) e COSO (*Committee of Sponsorship Organizations of the Treadway Commission*), fazendo uso de fases estabelecidas nesses frameworks, tais como: (i) Controles de alto nível (*Entity Level Controls*); (ii) Controles de Sistema de Informação (*IT Level Controls*); e (iii) Controles de nível dos processos (*Process Level Controls*). Adicionalmente, foram identificados os objetivos necessários para assegurar que os processos, sistemas e unidades de negócios com impacto nos relatórios financeiros possuem controles adequados e em operação, mitigando os riscos relacionados.

Especificamente sobre o atual grau de efetividade do nosso ambiente de controles, vale destacar que em 2020 a Companhia teve como uma de suas principais prioridades a tratativa das causas das deficiências significativas (*Significant Deficiencies - SD*) de "Intercompany", "IFRS16" e "Ativo Imobilizado" reportada pelo auditor externo certificador referente ao exercício de 2019. As medidas adotadas resultaram na redução do nível de risco da deficiência em 2020, passando o tema "IFRS16" de deficiências significativas (*Significant Deficiencies - SD*) para deficiência de controle (*Control Deficiencies - CD*), as demais deficiências foram mitigadas.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Vide item "5.1.b.iii" deste formulário.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia possui uma clara governança estabelecida para supervisão e acompanhamento do gerenciamento de riscos e controles internos. Nesta governança os resultados das avaliações de riscos e controles, bem como ações de melhoria necessárias, são tempestivamente reportados e discutidos com todos os agentes envolvidos conforme mencionados nos papéis e responsabilidades descritos no item "5.1.b.iii" deste formulário.

Em resumo, a eficiência do ambiente de controles na mitigação dos riscos é supervisionada pela Alta Administração (CEO, CFO e Diretoria Executiva) diretamente e/ou por meio de comitês executivos tais como CdG (Comitê de Gestão) e REDIR (Reunião de Diretoria Estatutária), bem como por órgãos de Conselho como Comitê de Auditoria, Riscos e Controles, Conselho Fiscal e próprio Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Durante o processo de auditoria do exercício de 2020, foi observada no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado pelo auditor independente à Companhia, a informação sobre a existência das seguintes deficiências materiais e significativas:

1. Operações descontinuadas (*Carve Out*) – MW

Durante a aplicação do IFRS 5, os controles não rotineiros da Oi sobre a integridade e precisão dos dados subjacentes utilizados para divulgar as operações descontinuadas não operaram de forma eficaz. Esses controles não identificaram alocações de uma parte de outras despesas operacionais e uma parte das despesas financeiras que deveriam ter sido incluídas nos resultados das operações descontinuadas em nossa demonstração individual e consolidada do resultado.

2. *Impairment* - MW

Os controles da Companhia sobre a avaliação da razoabilidade de certas informações e premissas utilizadas na análise de redução ao valor recuperável não operaram de forma eficaz. Isso resultou em um ajuste material no valor da reversão do valor recuperável registrado em nossa demonstração individual e consolidada do resultado.

3. Contas a receber (*Correção de anos anteriores*) - SD

A Companhia identificou falhas em certos elementos dos controles de atividade relacionados ao contas a receber. Em 2020, a Companhia desenhou e implementou o 'controle de atividade de conciliação' que capturou erros não materiais de anos anteriores e os corrigiu antes que eles pudessem causar distorções materiais nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Estamos comprometidos em continuar a melhorar nossos processos e continuaremos a revisar diligentemente nossos controles e procedimentos de relatórios financeiros, a fim de garantir nossa conformidade com os requisitos e regras aplicáveis à devida apresentação de nossas informações financeiras.

Nesse sentido, implementamos e continuamos a implementar medidas destinadas a remediar as deficiências materiais e significativas, a curto e médio prazo, para mitigar os potenciais efeitos adversos. Reportamos abaixo ações tomadas e planejadas para melhorar o controle interno sobre relatórios financeiros:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**1. Operações descontinuadas (*Carve Out*) – MW**

A Companhia implementou avaliações adicionais em seus controles para verificar a integridade e precisão das informações usadas para contabilizar os ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas.

2. *Impairment* - MW

A Companhia está em processo de implementação de controle adicionais relacionados à avaliação dos dados utilizados no desenvolvimento da taxa de desconto utilizada na avaliação do valor recuperável.

3. Contas a receber (Correção de anos anteriores) - SD

Os erros identificados foram devidamente corrigidos ainda no exercício de 2020 e planos de ação adicionais foram adotados expandindo as reconciliações e melhorias para outras contas contábeis. Adicionalmente, estão em andamento aprimoramento de processos, sistemas e controles internos prevenindo novas ocorrências ou recorrências de deficiências de mesma natureza.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a) **Informação sobre se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

i. **principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, incluindo a frequência com que os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia estabeleceu uma série de normativos, além de controles e procedimentos, preventivos e detectivos, para mitigação dos riscos de integridade inerentes às nossas atividades. A gestão de riscos implementada visa assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, o fortalecimento e a conformidade do ambiente de controles internos, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, bem como disseminar a cultura de controles internos para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis à Companhia. Os controles são revisados e auditados anualmente, e incluem dentre outras práticas, a avaliação de integridade de fornecedores e parceiros, patrocínios, franquias, consórcios para licitações públicas, vendas de ativos, fusões e aquisições, contando, quando necessário, com a realização de *due diligences*. Na avaliação dos riscos de integridade, são realizadas verificações com relação a PPE (Pessoas Politicamente Expostas), mídias negativas e listas restritivas, além de uma avaliação complementar do nível de maturidade em *compliance*.

Para estabelecer as diretrizes e regras deste programa, a Companhia possui uma série de normativos, como o Código de Ética, a Política Anticorrupção, o Manual de Boas Práticas no Relacionamento com Agentes Públicos e a Política de Brindes, Presentes e outras Hospitalidades, que são revisados a cada 2 anos e formalmente aprovados pela Alta Administração.

ii. **estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Para gestão do tema, foi criada em dezembro de 2015, a Diretoria de Compliance, cuja a principal atribuição é a elaboração, implementação e o monitoramento do Programa de *Compliance* da Companhia, programa este que aborda todas as ações necessárias para prevenir, detectar e sanar possíveis desvios de conduta ou condução de práticas ilícitas dos nossos colaboradores, fornecedores e parceiros, além de ilícitos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. O Diretor de Compliance responde diretamente ao Diretor Presidente da Companhia, e reporta periodicamente a evolução do programa ao Comitê de Auditoria, Riscos e Controle, comitê de assessoramento ao Conselho de Administração e ao

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

próprio Conselho de Administração. A estrutura de governança da companhia está disponível em:

<https://ri.oi.com.br/governanca/conselhos-e-comites/>

- iii. **informação sobre se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando (a) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados; (b) se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema; (c) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e (d) o órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Ética foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2020. O Código de Ética e demais normativos aplicam-se a todos os colaboradores próprios e terceiros representantes da companhia, diretores e membros do Conselho de Administração. Todos, independentemente de nível hierárquico e função exercida, devem obrigatoriamente aderir formalmente, bem como disseminar e respeitar as exigências estabelecidas nestes normativos. Para os nossos fornecedores, terceirizados, representantes e parceiros comerciais, a companhia criou o Manual de Conduta para Terceiros Contratados, cuja a obrigatoriedade do cumprimento consta em todos os contratos, visando estabelecer as diretrizes éticas e de integridade em todas as atividades deste público com a companhia.

A companhia realiza campanhas de comunicação para disseminação da cultura de integridade e disponibiliza um treinamento em Compliance, em sua plataforma de treinamento *online* (Oi Educa), onde aborda temas sobre ética e demais temas relacionados, como conflitos de interesse, boas práticas no relacionamento com agentes públicos, assédio moral, dentre outros, para a conscientização e capacitação de todos os colaboradores, incluindo os gestores e a alta administração. A realização deste treinamento é obrigatória para todos os colaboradores da Companhia (exceto lojas próprias), que ao final do curso, devem realizar uma avaliação sobre os temas abordados. Além deste treinamento, são realizados outros, presenciais ou virtuais, sobre diversos temas de Compliance, direcionados a áreas específicas, incluindo os membros da alta administração.

A companhia incentiva o diálogo entre os colaboradores como forma de tratar eventuais descumprimentos do Código de Ética, entretanto, no caso de violação do código ou de outras políticas relacionadas, as penalidades são aplicadas de acordo com o Regime Disciplinar, podendo ser: Advertência Verbal, Advertência Escrita, Suspensão e Dispensa (com ou sem justa causa).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- b) Informação sobre se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e (iv) o órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia disponibiliza um canal de denúncias, operado por empresa independente e amplamente divulgado, tanto internamente (Intranet Corporativa) como externamente (website da Oi e no Portal de Relações com Investidores), sendo gerido pela equipe de Auditoria Interna até o início de maio de 2021, quando passou a fazer parte da Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade. O canal de denúncia está disponível em <http://www.canalconfidencial.com.br/oi/> ou pelo telefone 0800 2822088, podendo ser utilizado não só pelos colaboradores da companhia, mas como por qualquer parte interessada.

O processo estabelecido garante que todas as denúncias são apuradas, sendo garantida a confidencialidade de todos os envolvidos assim como a não retaliação dos denunciantes. As denúncias podem ser apresentadas anonimamente ou de forma identificada, e todas são avaliadas pelo Comitê de Integridade, recém constituído através da união dos comitês de Ética e Compliance em 2021, formado por 4 (quatro) diretores da Companhia, provenientes de diversas áreas. As sanções pelo descumprimento do Código de Ética, são aplicadas de acordo com o regime disciplinar da companhia, podendo ser executadas por meio de advertência verbal, escrita, suspensão ou rescisão do contrato de trabalho, independentemente de eventual abertura de processo judicial.

- c) Informação sobre se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas, conforme descrito no item "a".

- d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificação das razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável.

O Código de Ética e demais políticas associadas ao Programa de *Compliance* são documentos públicos e estão disponíveis no Portal de Relações com Investidores em <https://ri.oi.com.br/governanca/codigos-politicas-e-regimentos/>.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas no exercício social de 2020, quando comparados ao ano imediatamente anterior. Desta forma, os principais riscos de mercado ao qual a Companhia está submetida, quais sejam, câmbio e juros, não sofreram modificações.

A Companhia realiza monitoramento e análise crítica permanente do seu ambiente de riscos e controles associados, incluindo os riscos de mercado (risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez através das regras definidas em sua Política de Tesouraria, que engloba a Política de Investimentos, a Política de Hedge e a Política de Captação.

Após a aprovação do PRJ, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de *Hedge*, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos "*covenants*" financeiros.

O gerenciamento dos riscos financeiros é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Os demais riscos são tratados por outras áreas com o acompanhamento da Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade (GRC) que monitora todos os riscos corporativos da Companhia e seus controles internos de acordo com a Política mencionada no item "5.1" deste Formulário de Referência.

Especificamente sobre eventuais alterações significativas e nossas expectativas sobre exposição aos principais riscos descritos na seção 4, destacamos os possíveis efeitos das medidas de isolamento social para conter o avanço da pandemia de COVID-19, não apenas para a Companhia, mas para toda a indústria, comércio e economia. Como já detalhado na seção 4, embora tenhamos dedicado recursos consideráveis em diversas medidas preventivas a fim de reduzir os potenciais impactos em nossos funcionários, negócios, serviços e operações, não há garantias de que essas medidas manter-se-ão eficazes o suficiente ou de que este cenário não terá um efeito negativo sobre nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais no médio longo prazo. Para 2021, espera-se uma forte redução no número de casos e óbitos pela COVID-19, à medida que a população seja imunizada e, com isso, a normalização da economia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem outras informações relevantes sobre esta seção "5".

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria executiva entende que a Companhia e suas subsidiárias diretas e indiretas ("Grupo Oi") apresentam condições financeiras e patrimoniais suficientes para oferecer um leque integrado de produtos de telecomunicação e comunicação que inclui telefonia fixa, móvel, transmissão de dados (inclusive banda larga), serviços de internet e ISP, TV paga, e outros serviços, para clientes residenciais, empresas de pequeno, médio e grande porte, e órgãos governamentais.

Como é de conhecimento do mercado, em junho de 2016, a Companhia e alguma de suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial ("Telemar"), Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial ("Copart 4"), Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial ("Copart 5"), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial ("PTIF") e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Holanda") (em conjunto com a Companhia, as "Recuperandas" ou as "Empresas Oi") protocolaram pedido de recuperação judicial, perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos órgãos societários competentes ("Processo de Recuperação Judicial" ou "Recuperação Judicial"). Ao longo de 2017, a Companhia manteve negociações com seus credores até que no final de 2017 conseguiu aprovar em Assembleia Geral de Credores o Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi ("Plano" ou "Plano Original" ou "PRJ"), com prazo de vigência de 2 (dois) anos, conforme previsto na Lei n.º 11.101/2005, tendo sido proferida decisão judicial pelo juízo da Recuperação Judicial aprovando o PRJ em 8 de fevereiro de 2018, cuja publicação ocorreu em 5 de fevereiro de 2018 ("Homologação do Plano"). Ao longo deste período, as Empresas Oi implementaram as condições do Plano.

Ainda em 2019, a Copart 4 e a Copart 5 foram incorporadas pela Telemar e pela Companhia, respectivamente, em 2 de janeiro e 19 de março e, em 03 de maio de 2021, a Telemar foi incorporada na Companhia, conforme previsto no Plano.

Em 6 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial petição requerendo que a supervisão judicial das Empresas Oi não fosse encerrada quando a Homologação do Plano completasse 2 (dois) anos.

A medida de não encerramento da supervisão judicial não trouxe mudanças para a situação das Empresas Oi e não teve impacto quanto ao cumprimento do Plano em vigor, nem em relação a créditos correntes e sobre eventuais novos recursos que vieram a ser acessados pelas Empresas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Oi. Vale destacar que a continuidade de supervisão judicial ao fim do período de 2 (dois) anos é uma medida natural que tem sido aplicada na maior parte dos processos de recuperação judicial.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos acionistas e ao mercado em geral que, nessa data, as Empresas Oi protocolaram - perante o Juízo da Recuperação Judicial - , uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores ("Nova AGC"), um aditamento ao Plano ("Aditamento ao PRJ" ou "Aditamento ao Plano") objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimentos e o cumprimento de seu Plano Estratégico de Transformação ("Plano Estratégico").

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante aos acionistas, credores da Recuperação Judicial e ao mercado em geral informando que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da Companhia para a realização de Nova AGC para deliberação acerca de um aditamento ao Plano, estabelecendo que:

- (i) as Empresas Oi apresentassem em juízo, no prazo de 180 dias contados da publicação da decisão, a proposta de aditamento ao PRJ; e
- (ii) o Administrador Judicial organizasse a Nova AGC dentro de 60 dias contados da apresentação da proposta de Aditamento ao PRJ.

Em 15 de junho de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial, a proposta de Aditamento ao PRJ, que teve o objetivo de dar maior flexibilidade ao PRJ original, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando a maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus *stakeholders*. Este movimento está completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com absoluta transparência.

Em 13 de agosto de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial proposta atualizada do Aditamento ao PRJ ajustando determinados termos e condições. Tal proposta refletiu as diversas interações com credores, potenciais investidores e outros *stakeholders*, inclusive aquelas conduzidas perante o mediador nomeado pelo Juízo da Recuperação Judicial, com o objetivo de discutir melhorias ao Aditamento ao PRJ.

O Aditamento ao PRJ foi submetido à votação dos credores das Recuperandas e aprovado na Nova AGC realizada em 8 de setembro de 2020, que regularmente instalada em primeira convocação, teve o Aditamento aprovado. O Aditamento ao PRJ foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 5 de outubro de 2020, em decisão publicada em 8 de outubro de 2020 que rejeitou todas as alegações de nulidades procedimentais da Nova AGC, afastando a alegação de tratamento desigual entre os credores e rejeitando os pedidos de nulidade do quórum de votação e aprovação do Aditamento ao PRJ, por não conterem vícios em sua formação e vontade e, dentre outras providências, fixou o prazo de 12 (doze) meses para o encerramento da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

recuperação judicial das Recuperandas, contados da data da publicação da referida decisão, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade de se ultimarem os atos relativos às alienações previstas no Aditamento ao PRJ.

Para maiores informações a respeito, vide item “6.5” do Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2020, a liquidez geral da Companhia, medida pela soma dos ativos circulantes e não circulantes menos a soma do passivo circulante e do não circulante era positivo em R\$ 7.769 milhões (positivo em R\$17.797 milhões em 31 de dezembro de 2019 e positivo em R\$22.896 milhões em 31 de dezembro de 2018).

b) estrutura de capital

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de (i) R\$32.538.937.370,00 (trinta e dois bilhões, quinhentos e trinta e oito milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e setenta reais), representado por 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2020.

Destaca-se que:

Em 5 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as condições de um aumento de capital da Companhia, mediante a capitalização de créditos dos *Bondholders* Qualificados, com a emissão de ações ordinárias e de bônus de subscrição, que seriam atribuídos aos subscritores das ações objeto do aumento de capital (“Aumento de Capital – Capitalização de Créditos”), na forma prevista no Plano.

Em 20 de julho de 2018, após verificar o resultado da apuração das subscrições de novas ações ordinárias pelos acionistas da Companhia por meio do exercício do seu direito de preferência e pelos titulares de Créditos Quirografários dos *Bondholders* Qualificados, mediante a capitalização dos seus respectivos créditos, o Conselho de Administração homologou parcialmente o Aumento de Capital – Capitalização de Créditos, com a emissão de 1.514.299.603 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$7,00 por ação, totalizando R\$10.600.097.221,00. Na mesma reunião, o Conselho de Administração homologou a emissão de 116.480.467 bônus de subscrição como vantagem adicional aos subscritores das ações objeto do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos (“Bônus de Subscrição”), sendo 5.197 entregues aos acionistas que exerceram seus respectivos direitos de preferência e o remanescente aos “*Bondholders*” Qualificados.

Em 27 de julho de 2018, com o encerramento do procedimento de liquidação dos “*Bondholders*” Qualificados, a Companhia procedeu ao registro dos impactos contábeis adicionais, das operações descritas acima, com a consequente redução do resultado do exercício no montante aproximado de R\$31 milhões, a redução do passivo financeiro de aproximadamente R\$21 milhões e a redução

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da reserva de capital – “*Senior Notes*” Qualificados conversíveis mandatoriamente em ações e outros de aproximadamente R\$10 milhões.

Os Bônus de Subscrição puderam ser exercidos, a exclusivo critério de seus titulares até o dia 2 de janeiro de 2019, inclusive. Em decorrência dos Bônus de Subscrição exercidos durante esse período, a Companhia emitiu 116.189.340 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os Bônus de Subscrição não exercidos no prazo, e os *American Depositary Warrants* representativos de Bônus de Subscrição não exercidos até 26 de dezembro de 2018 expiraram e deixaram de poder ser exercidos.

Em 26 de outubro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$4.000.000.000,00, mediante a emissão privada de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, na forma da Cláusula 6 do Plano, o qual foi concluído em 25 de janeiro de 2019 (“Aumento de Capital – Novos Recursos”).

Também no dia 25 de janeiro de 2019, em estrito cumprimento ao Plano e ao *Subscription and Commitment Agreement*, celebrado entre a Companhia e certos investidores e administradoras de fundos de investimentos (“*Investidores Backstoppers*”) em 19 de dezembro de 2017 (conforme aditado, o “*Contrato de Compromisso*”), foram subscritas e integralizadas mais 272.148.705 ações ordinárias emitidas pela Companhia, nominativas e sem valor nominal (“*Ações do Compromisso*”), ao preço de emissão de R\$1,24 por ação, sob a forma de *American Depositary Shares*, que foram entregues aos *Investidores Backstoppers* que optaram por receber em ações seu prêmio de compromisso, na forma prevista na Cláusula 6.1.1.3 do Plano e no Contrato de Compromisso.

Em decorrência do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos, do exercício dos Bônus de Subscrição, da conclusão e homologação do Aumento de Capital – Novos Recursos e da emissão das Ações do Compromisso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$32.538.937.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em regra, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo asseguradas prioridades no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia, ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior. Entretanto, a partir da Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2017, os titulares de ações preferenciais passaram a ter direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação dos acionistas, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

A estrutura de capital da Companhia, em termos de percentual de capital próprio e de capital de terceiros era a seguinte: em 31 de dezembro de 2020, 12% de capital próprio e 88% de capital

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de terceiros, em 31 de dezembro, 25% de capital próprio e 75% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2018, 35% de capital próprio e 65% de capital de terceiros.

Não há previsão estatutária para o resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas, podendo este, portanto, ocorrer nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. Finalmente, é importante esclarecer que a Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado e o objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores comumente utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações e outros resultados não usuais), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia concluiu em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, conforme comunicado ao mercado divulgado pela Oi nessa mesma data.

Não obstante o bom andamento da implementação do Plano, que já concluiu grande parte das etapas estabelecidas no processo e que foram importantes para a recuperação da Companhia, em 15 de junho de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial, a proposta de Aditamento ao PRJ, que teve o objetivo de dar maior flexibilidade ao Plano Original, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando a maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus *stakeholders*. Este movimento esteve completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência, modificando determinadas condições da dívida financeira reestruturada em 31 de julho de 2018.

Os vencimentos das dívidas e os eventos de pagamento foram estruturados com base na expectativa de geração futura de caixa da Companhia, de modo que esta fosse capaz de cumprir com todas as obrigações.

De acordo com o Plano Original, a Companhia poderia, caso necessário, contratar dívidas adicionais no valor de até R\$4,5 bilhões, dos quais R\$2,5 bilhões foram contratados em dezembro 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com o Aditamento ao PRJ, houve alteração da capacidade de contratação de endividamento adicional pela Companhia e suas controladas. Além dos R\$4,5 bilhões previstos no Plano Original, o Grupo Oi tem a flexibilidade de captar até R\$ 7 bilhões de reais adicionais, dos quais: (a) R\$ 5 bilhões podem ser captados através de empréstimo-ponte para a antecipação de parte do preço de alienação da UPI Ativos Móveis ("Empréstimo Ponte"); e (b) R\$ 2 bilhões podem ser captados para a recomposição de caixa das Empresas Oi em decorrência do pagamento de dívidas extraconcursais ou para cumprimento e/ou repactuação de suas obrigações assumidas perante credores extraconcursais. Caso a contratação do Empréstimo Ponte não atinja o limite de R\$ 5 bilhões, a diferença entre o referido limite e o montante efetivamente captado poderá ser acrescido ao limite descrito no item (b), o qual passará a ser de R\$2 bilhões mais a referida diferença verificada.

Considerando os resultados consolidados do grupo Oi, a relação EBITDA / Serviço da Dívida foi 7,38 em 31 de dezembro de 2020, em comparação com 5,53 em 31 de dezembro de 2019. O indicador Dívida Líquida / EBITDA foi 3,73 em 31 de dezembro de 2020, em comparação com 2,65 em 31 de dezembro de 2019.

Em milhões de Reais	2020	2019	2018
Dívida de Curto Prazo	432	326	673
Dívida de Longo Prazo	25.919	17.900	15.777
Dívida Total	26.351	18.227	16.450
EBITDA	5.845	6.015	5.851
Caixa e Disponibilidade	4.554	2.300	4.587
Serviço da Dívida	792	1.088	1
Dívida Líquida / EBITDA	3,73	2,65	2,03
EBITDA / Serviço da Dívida	7,38	5,53	4.490,03

Para efeitos de apuração dos índices financeiros são adotadas as seguintes definições e critérios:

- Serviço da Dívida: somatório dos juros da Dívida Total pagos nos quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais. Estão excluídas deste cálculo as variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no fluxo de caixa, mas apenas registro contábil).
- Dívida Líquida: Dívida Total menos a soma das Disponibilidades.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais. O fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$4.407 milhões, o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais em 2019, foi de R\$2.190 milhões, e o fluxo de caixa gerado em 2018 foi de R\$2.863.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pode utilizar para eventuais coberturas de deficiências de liquidez são as mesmas mencionadas no item "d", ou seja, de acordo com as limitações da Lei nº 11.101/2005 e demais leis a que está sujeita a Companhia, bem como observando-se as disposições do Plano aplicáveis a cada caso:

- fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais;
- empréstimos de curto e longo prazos;
- venda de ativos; e
- emissão de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional.

Conforme mencionado do item "d", a principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais. O fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 foram de R\$4.407 milhões, R\$2.190 milhões e R\$2.863 milhões, respectivamente.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia, em suas atividades comerciais normais, se utiliza de captações no mercado de capitais, empréstimos bilaterais e linhas de crédito junto ao BNDES e Agências de Crédito à Exportação ("ECAs") para financiar seu plano de investimentos, refinanciamento de dívida e capital de giro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as debêntures emitidas pela Oi Móvel em dezembro de 2019 foram subscritas em valor agregado de R\$ 2.5 bilhões e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$11 milhões e 792 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não houve captação e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$12 milhões e R\$923 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não houve captação de recursos, não houve amortização de principal e o total consolidado de juros foi de R\$1,3 milhão.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a dívida consolidada da Companhia era de R\$26.351 milhões, R\$18.227 milhões e R\$16.450 milhões, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$17.662 milhões, das quais R\$2.099 milhões correspondem a juros sobre empréstimos com terceiros e juros sobre debêntures. O aumento do nível do endividamento da Companhia é decorrente, principalmente, da forte desvalorização do Real vs Dólar no período, de 28,9%, além das incertezas domésticas relacionadas aos *fronts* político e fiscal. Soma-se a isso a provisão de juros mensais das dívidas em moeda nacional e moeda estrangeira e a apropriação do ajuste a valor presente, que contribuem para o crescimento da dívida a cada período. Por último, há que se ressaltar que no início de 2020 houve a emissão de uma debênture privada, no valor aproximado de R\$ 2.500 milhões, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ). A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia retornou ao *business as usual* do ponto de vista contábil de dívidas, com despesas financeiras que consistem principalmente em juros sobre empréstimos e outros passivos, variações monetárias e cambiais, impostos sobre operações financeiras entre outras, quando aplicáveis. Vale ressaltar que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, haviam sido contabilizados os ganhos relativos à reestruturação da dívida, a saber, as reversões de juros e de variação cambial acumulados de 20 de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2017, o *haircut* dos *bonds* qualificados e instrumentos não qualificados, além do ajuste a valor justo. Como resultado da contabilização destes ajustes, a Companhia havia registrado receitas financeiras que somavam R\$31.025 milhões. Ao mesmo tempo, novas condições de endividamento a partir de 5 de fevereiro de 2018 representaram despesas financeiras que totalizaram R\$4.342 milhões, das quais R\$1.793 milhões correspondia a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante total da dívida (conforme definido pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2021, para o item "3.7" do Formulário de Referência) era de R\$ 66.092 (R\$54.095 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$42.542 milhões em 31 de dezembro de 2018) e o índice de endividamento (passivo circulante somado ao passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido do acionista controlador) era positivo em 7,08 (positivo em 3,06 em 31 de dezembro de 2019 e positivo em 1,88 em 31 de dezembro de 2018).

Historicamente, as taxas de juros pagas pela Companhia dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros predominantes no mercado brasileiro e internacional e avaliações de risco da Companhia, do setor em que a Companhia atua e da economia brasileira, feitas por credores em potencial, compradores em potencial dos títulos de dívida de emissão da Companhia e pelas agências de rating que avaliam a Companhia e os títulos de dívida por ela emitidos. A conclusão da negociação do Plano com os credores determinou as condições das taxas de juros pagas pela Companhia nas dívidas novadas.

Em 2018, a Standard & Poor's e a Fitch retomaram as divulgações dos ratings da Companhia e dos títulos de dívida por ela emitidos. Qualquer *downgrade* neste novo rating poderia gerar um aumento de juros e outras despesas financeiras para os empréstimos contraídos pela Companhia e títulos de dívida a serem por ela emitidos, e poderia afetar negativamente sua capacidade de obter financiamentos em condições satisfatórias ou pelos valores requeridos por nós. As tabelas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas:

As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas:

Empréstimos e Financiamentos por natureza

Em milhões de Reais	2020	2019	2018	Vencimentos
Sênior Notes moeda estrangeira	9.000	6.981	7.068	Jul/2025
Debêntures Públicas	10.852	7.111	6.789	Ago/2023 a Fev/2035
Instituição Financeira				
Moeda nacional				
BNDES	4.257	3.947	3.616	Mar/2024 a Fev/2033
Outros	2.102	2.071	1.907	Jan/2020 a Fev/2035
Moeda estrangeira	8.825	6.726	6.353	Ago/2023 a Fev/2035
Financiamento multilateral moeda estrangeira	493	360	326	Ago/2024 a Fev/2030
Oferta Geral				
Moeda nacional	207	207	207	Fev/2038 a Fev/2042
Moeda estrangeira	5.783	4.239	4.125	Fev/2038 a Fev/2042
Subtotal	41.519	31.642	30.391	
Custo de transação incorrido	(27)	(14)	(12)	
Ajuste a valor justo (*)	(15.148)	(13.401)	(13.929)	
Hedge	7			
Total	26.351	18.227	16.450	
Circulante	432	327	673	
Não circulante	25.919	17.900	15.777	

(*) Calculado levando-se em consideração os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento

Composição da Dívida por Moeda

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
EURO	590	311	199
Dólar Norte-Americano	16.252	9.210	8.618
Reais	9.502	8.706	7.633
Total	26.344	18.227	16.450

(*) Total em 2020 não considera o saldo do hedge de R\$7 milhões

Composição da dívida por indexador

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Taxa pré-fixada	15.981	9.079	8.562
Libor			
CDI	5.185	4.695	3.950
TJLP	4.256	3.947	3.615
IPCA			
INPC			
TR	31	23	14
Outros	892	483	309
Total	26.344	18.227	16.450

(*) Total em 2020 não considera o saldo do hedge de R\$7 milhões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes¹

Em virtude da Homologação do PRJ, os empréstimos e financiamentos contratados pelas Empresas Oi em moeda nacional e estrangeira foram novados e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições previstos no Plano e da Lei n.º 11.101/2005.

Financiamento em moeda nacional

Créditos com Garantia Real

Linhas de crédito celebradas com Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico E Social – BNDES (“BNDES”)

Antes da Recuperação Judicial, a Companhia e suas subsidiárias contrataram financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em virtude da Homologação do Plano, os financiamentos contratados pelas Empresas Oi junto ao BNDES foram novados de acordo com os termos e condições previstos no Anexo 4.2.4 do PRJ.

Posteriormente, em decorrência da Homologação do Aditamento ao PRJ, os termos e condições dos financiamentos contratados pelas Empresas Oi junto ao BNDES foram ajustados de acordo com os termos e condições previstos no Anexo 4.2.4 do Aditamento ao PRJ.

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas acerca dos financiamentos tomados pela Companhia junto ao BNDES e vigentes em 31 de dezembro de 2020:

Empréstimo	Saldo (R\$milhões)	Juros	Amortização	Vencimento
Oi Móvel				
BNDES TJLP	1.256	TJLP + 2,95%	Mensal	Fev/2033
Telemar				
BNDES TJLP	1.911	TJLP + 2,95%	Mensal	Fev/2033
Oi S.A				
BNDES TJLP	1.089	TJLP + 2,95%	Mensal	Fev/2033

Reestruturação I

Debêntures Públicas

Conforme definido no PRJ, alguns credores escolheram novar seus antigos créditos para receberem novos créditos através da opção refletida na emissão de debêntures pela Oi e pela Telemar, conforme termos e condições previstos no Anexo 4.3.1.2(A1) do PRJ. A 12ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, foram emitidas pela Oi em 5 de fevereiro de 2018 e subscritas em 30 de julho de 2018. A

¹ Obrigações, encargos e datas de pagamento sujeitos a alterações na forma do “PRJ e da Lei n.º 11.101/2005.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, foram emitidas pela Telemar em 5 de fevereiro de 2018 e subscritas em 30 de julho de 2018. Para maiores informações sobre emissões de debêntures, vide itens "18.5", "18.8" e "18.12" deste Formulário de Referência.

O Aditamento ao PRJ estabeleceu determinadas alterações aos termos e condições das debêntures públicas emitidas no contexto do PRJ, conforme previsto no Anexo III do Aditamento ao PRJ, incluindo a obrigação do pagamento antecipado do saldo total das debêntures nas hipóteses descritas na Cláusula 5.4 do Aditamento ao PRJ e suas subcláusulas e a possibilidade das Empresas Oi realizarem leilões reversos para antecipação de pagamento de créditos concursais, incluindo as debêntures, conforme descrito na Cláusula 4.7 do Aditamento ao PRJ e suas subcláusulas.

Contratos de Financiamento

Financiamento em Reais

Em consonância ao PRJ, outros credores escolheram novar seus antigos créditos para receberem seus novos créditos através da opção de Financiamento em Reais, conforme termos e condições previstos no Anexo 4.3.1.2 (A2) do PRJ. Posteriormente, em decorrência da Homologação do Aditamento ao PRJ, os termos e condições dos Financiamentos em Reais previstos no Anexo 4.3.1.2(A2) do PRJ garantia foram ajustados de acordo com os novos termos e condições do Aditamento ao PRJ.

Financiamento em moeda estrangeira

Linhas de crédito de ECA

Antes da Recuperação Judicial, a Companhia e a Telemar contrataram financiamentos junto às agências de crédito à exportação internacionais com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em virtude da Homologação do Plano, os financiamentos contratados pelas Empresas Oi junto às agências de crédito à exportação internacionais foram novados de acordo com os termos e condições previstos no Anexo 4.3.1.2 (B) do PRJ.

O Aditamento ao PRJ estabeleceu determinadas alterações aos termos e condições dos financiamentos contratados pelas Empresas Oi junto às agências de crédito à exportação internacionais no contexto do PRJ, conforme previsto no Anexo IV do Aditamento ao PRJ, incluindo a obrigação do pagamento antecipado do saldo total dos respectivos créditos nas hipóteses descritas na Cláusula 5.4 do Aditamento ao PRJ e suas subcláusulas e a possibilidade das Empresas Oi realizarem leilões reversos para antecipação de pagamento de créditos concursais, incluindo os créditos das Empresas Oi junto às agências de crédito à exportação internacionais, conforme descrito na Cláusula 4.7 do Aditamento ao PRJ e suas subcláusulas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Senior Notes

Conforme estabelecido no PRJ, os credores cujos créditos estavam relacionados aos antigos *Senior Notes* emitidos pela Oi, PTIF e Oi Holanda se individualizaram junto ao juízo da Recuperação Judicial a fim de novar seus antigos títulos em troca de (i) novos títulos emitidos pela Oi ("*Senior Notes*") e/ou (ii) por meio de contratos de financiamento firmados com a Oi, conforme termos e condições previstos no Anexo 4.3.3.1 (F) e Anexo 4.3.3.3 (F), respectivamente, do PRJ. Em 27 de julho de 2018, foi formalizada a escritura que regula os termos e condições das *Senior Notes*, cuja lei aplicável é a de Nova Iorque ("*Indenture*"). Para mais informações acerca das emissões de *Senior Notes* pela Companhia e de suas subsidiárias vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência.,

Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia anunciou o início da Solicitação de Consentimento para os titulares das *Senior Notes* para a adoção de determinadas propostas de aditamentos para alinhar certas disposições da *Indenture* com os termos do Aditamento ao PRJ.

Em 05 de maio de 2021, ao final do prazo de encerramento da Solicitação de Consentimento, a Companhia anunciou que obteve com êxito os consentimentos solicitados, vindo a assinar o primeiro termo de aditamento à *Indenture* para acomodar os ajustes informados acima .

Oferta – Aumento De Capital com Novos Recursos

No dia 13 de novembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Acionistas sobre os termos, prazos e condições do Aumento de Capital – Novos Recursos, incluindo as condições do exercício do direito de preferência na subscrição de Novas Ações Ordinárias, bem como Aviso aos Detentores de ADS sobre as condições da oferta de direitos de preferência realizada nos Estados Unidos e em outros países fora do Brasil, com relação ao Aumento de Capital – Novos Recursos ("*Rights Offer*").

No dia 5 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 3.314.745 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 25 de outubro de 2018 até o dia 3 de dezembro de 2018, inclusive Bônus de Subscrição representados por 662.949 ADWs exercidos a partir do dia 19 de outubro de 2018 até o dia 27 de novembro de 2018.

No dia 11 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Acionistas e Aviso aos Detentores de ADS informando a prorrogação do prazo para exercício do direito de preferência no Aumento de Capital – Novos Recursos até 4 de janeiro de 2019, por deliberação do Conselho de Administração.

No dia 19 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Detentores de ADS informando que alterou determinados termos da *Rights Offer*. A Companhia celebrou um aditamento ao Contrato de Compromisso (*Commitment Agreement*), por meio do qual os Investidores *Backstoppers* detentores de mais de 60% do valor do total dos Compromissos de *Backstop*

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

("Maioria dos Investidores *Backstoppers*") concordaram em prorrogar certas datas de término e renunciar determinadas condições precedentes pendentes para financiar seus Compromissos de *Backstop*, incluindo o requerimento de publicação do Plano Geral de Metas de Universalização ("Novo PGMU") atualizado. A Companhia informou, ainda, que pagaria ao Depositário de ADS a taxa de emissão de ADS relativa aos Novos ADSs Ordinários. Como resultado, o Valor de Depósito de Novos ADSs Ordinários não seria mais utilizado para pagar a taxa de emissão de ADS, o que aumentaria a parcela devolvida aos detentores de Direitos de ADSs Ordinários que exerceram seus Direitos de ADSs Ordinários para subscrever Novos ADSs Ordinários iniciais ou Sobras de Novos ADSs Ordinários.

No dia 4 de janeiro de 2019, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 275.985 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 4 de dezembro de 2018 até o dia 2 de janeiro de 2019, inclusive Bônus de Subscrição representados por 55.197 ADWs exercidos a partir do dia 28 de novembro de 2018 até o dia 26 de dezembro de 2018. Os Bônus de Subscrição não exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, e os ADWs não exercidos até 26 de dezembro de 2018, inclusive, expiraram e não podiam mais ser exercidos.

Financiamento Extraconcursal – Cláusula 5.3 do Plano Original

No dia 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada Oi Móvel celebrou escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, no valor total de até R\$2.500.000.000,00 ("Debêntures Oi Móvel" e "Emissão Oi Móvel", respectivamente). A Emissão Oi Móvel e as Debêntures Oi Móvel teve como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures Oi Móvel previstas na respectiva Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: variação do dólar norte-americano acrescida de juros de (i) 12,66% (doze inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) ao ano (PIK) durante os primeiros doze meses contados da primeira integralização; e (ii) 13,61% (treze inteiros e sessenta e um centésimos por cento) ao ano, a partir de então; e (iii) Garantias: as Debêntures Oi Móvel contarão com garantias reais e fidejussórias prestadas pela Oi Móvel, pela Companhia e por sua controlada Telemar.

A Emissão Oi Móvel foi aprovada com fundamento no que prevê a Cláusula 5.3 do Plano original e está inserida no contexto de um financiamento extraconcursal, na modalidade *Debtor in Possession Financing (DIP Financing)*.

Dando continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, em 04 de fevereiro de 2020, informado aos acionistas e mercado em geral da conclusão da subscrição e integralização da Emissão Oi Móvel, para colocação privada no valor de R\$2.500.000.000,00.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures da SPE Infraco com fundamento na Seção 5 do Aditamento ao PRJ

No dia 18 de fevereiro de 2021, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada BrT Multimídia (definida no Aditamento ao PRJ como a "SPE InfraCo") celebrou escritura de emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500.000.000,00 ("Debêntures InfraCo" e "Emissão InfraCo", respectivamente). A Emissão InfraCo e as Debêntures Infraco têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures InfraCo previstas na respectiva Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: valor nominal unitário atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mais juros remuneratórios de 11% ao ano; (iii) Garantias: as Debêntures InfraCo contarão com garantias reais e fidejussórias prestadas pela SPE InfraCo; (iv) Conversão: serão conversíveis em ações preferenciais resgatáveis, representativas da maioria das ações com direito a voto da SPE InfraCo; e (v) Subscrição: as Debêntures InfraCo deverão ser subscritas e integralizadas até o dia 15 de abril de 2021 ("Prazo Limite de Subscrição e Integralização").

O Prazo Limite de Subscrição e Integralização das Debêntures InfraCo foi prorrogado, mediante acordo entre as partes, para até 27 de maio de 2021.

A Emissão InfraCo foi aprovada com fundamento no que prevê a Seção 5 do Aditamento ao PRJ. Como previsto no Aditamento ao PRJ e na escritura da Emissão InfraCo, a Oi, através de suas subsidiárias Oi Móvel e Telemar, será titular de uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais de titularidade dos Debenturistas em decorrência da Conversão. Alternativamente e a exclusivo critério da Oi, e suas subsidiárias Oi Móvel e Telemar, a SPE InfraCo poderá resgatar a totalidade das ações preferenciais de titularidade dos Debenturistas em decorrência da Conversão. A efetiva Emissão InfraCo está sujeita às autorizações e ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas na respectiva escritura da Emissão InfraCo.

No dia 26 de maio de 2021, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado informando a conclusão da subscrição e integralização das Debêntures Infraco no valor total de R\$ 2.500.000.000,00.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

N/A.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

O endividamento da Companhia contempla dívidas garantidas por direito real e/ou quirografário. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Para maiores informações acerca do grau de subordinação das dívidas da Companhia vide itens "3.8." deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

De acordo com os termos e condições dos financiamentos contratados pelas Empresas Oi junto a um de seus credores financeiros, a Companhia e suas controladas Telemar e Oi Móvel possuíam a obrigação de cumprir, trimestralmente, quatro dos seguintes índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Oi S.A.:

- a) Dívida Financeira Total / EBITDA: igual ou inferior a 4,0;
- b) EBITDA / Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,75;
- c) (Dívida de Curto Prazo – Disponibilidades) / EBITDA: igual ou inferior a 0,70;
- d) PL / AT: igual ou superior a 0,25;
- e) $[EBITDA - (\text{Imposto de Renda} + \text{Contribuição Social})] / [\text{Amortizações} + (\text{Despesas Financeiras} - \text{Receitas Financeiras}) - \text{Disponibilidades do fechamento do exercício anterior}]$: igual ou superior a 1,30.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme estabelecido no Plano, conforme aditado, o BNDES concorda que, a partir da Homologação do Aditamento ao PRJ até a liquidação financeira da alienação da UPI Ativos Móveis ou até 30 de maio de 2022, o que ocorrer primeiro, a obrigação de cumprimento dos índices financeiros previstos nos financiamentos BNDES terão suas exigibilidades temporariamente suspensas pelo BNDES e, portanto, durante tal período, sua não observância não implicará em eventual descumprimento contratual e não causará, dentre outras consequências contratualmente previstas, o vencimento antecipado do saldo devido das dívidas das Empresas Oi.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Linhas de crédito contratadas e utilizadas

Em 19 de dezembro de 2019, a Oi Móvel celebrou escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, de sua emissão, no valor total de até R\$2.500.000.000,00, com garantia firme de US\$ 400.000.000,00. Em janeiro e fevereiro de 2020, as debêntures privadas foram subscritas em valor agregado de R\$ 2.500.000,00.

Linhas de crédito e financiamentos contratados e não utilizados

Em 18 de fevereiro de 2021, InfraCo celebrou escritura de emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para colocação privada, no valor total de até R\$2.500.000.000,00. As debêntures da InfraCo deverão ser subscritas e integralizadas até o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dia 27 de maio de 2021 mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes previstas na respectiva Escritura de Emissão.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Demonstrações de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (Consolidado – em milhões de reais)

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Como resultado da decisão da Companhia de alienar certos negócios e/ou Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), em conexão com o Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia (PRJ), revisamos nossas Demonstrações Contábeis comparativas da Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente e Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e as respectivas Notas Explicativas, em conexão com o IFRS 5, que exige que uma entidade reclassifique as divulgações relacionadas com todas as operações que foram descontinuadas na data do balanço do último período apresentado. Os efeitos das reclassificações são apresentados na Nota 31 das Demonstrações Contábeis.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obrigam à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Companhia Santomense de Telecomunicações e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga);
- Mobilidade Pessoal considera apenas as receitas de Longa Distância de origem SMP; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte, além dos serviços Digitais e de TI (OI Soluções).

A tabela a seguir apresenta os componentes da demonstração de resultados, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	%
	(em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Receita de vendas e/ou serviços.....	9.284	10.492	(11,5)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7.271)	(7.983)	(8,9)
Lucro Bruto	2.013	2.510	(19,8)
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	32	(5)	n.m.
Despesas com vendas	(2.218)	(2.607)	(14,9)
Despesas gerais e administrativas	(2.748)	(2.781)	(1,2)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	%
	(em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Outras receitas (despesas) operacionais	1.110	(484)	n.m.
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos.....	(1.811)	(3.367)	(46,2)
Resultado financeiro	(12.275)	(5.377)	128,3
Prejuízo antes das tributações	(14.086)	(8.744)	61,1
Imposto de renda e contribuição social	3.551	13	n.m.
Prejuízo das operações continuadas.....	(10.535)	(8.731)	20,7
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	7	(364)	(102,0)
Prejuízo do exercício	(10.528)	(9.095)	15,8

n.m. = não mensurado.

Receita Operacional Líquida

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossa receita operacional líquida de operações continuadas, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior.

Telecomunicações no Brasil

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	%
	(em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Residencial			
Serviços de telefonia fixa	2.589	3.282	(21,1)
Banda larga	2.243	2.186	2,6
Interconexão	37	43	(14,0)
	4.869	5.511	(11,6)
Mobilidade pessoal			
Serviços de telefonia móvel	209	219	(4,6)
	209	219	(4,6)
Empresarial/Corporativo (Serviços B2B).....	3.894	4.435	(12,2)
Outros serviços e negócios	93	140	(33,6)
Receita de telecomunicações no Brasil	9.065	10.305	(12,0)
Receita com outras operações (1).....	219	187	17,1
Receita operacional líquida de operações continuadas.....	9.284	10.492	(11,5)

(1) Incluem a receita operacional líquida das operações em África e Ásia.

A receita operacional líquida de nosso segmento de Telecomunicações no Brasil diminuiu 12,0% durante o ano de 2020, principalmente devido a uma queda de 11,6% na receita operacional líquida de serviços residenciais e uma queda de 12,2% na receita operacional líquida de serviços B2B, e uma queda de 4,6% na rede receita operacional de serviços de mobilidade pessoal.

Receita operacional líquida de atendimento ao cliente residencial

A receita operacional líquida de serviços ao cliente residencial representou 52,4% de nossa receita operacional líquida em 2020. Os serviços ao cliente residencial incluem serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz e serviços de comunicação de dados (banda larga). A receita operacional líquida de serviços residenciais diminuiu 11,6%, principalmente devido à queda na demanda por produtos legados. A demanda por serviços de cobre diminuiu, à medida que esses serviços são substituídos por serviços móveis e tecnologias mais avançadas, como voz em fibra e banda larga.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita operacional líquida de serviços de telefonia fixa

A receita operacional líquida de serviços de telefonia fixa diminuiu 21,1% em 2020, principalmente devido a uma redução de 9,4% no número de linhas fixas residenciais em serviço para 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 em relação a 7,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, como resultado da tendência geral de substituir serviços de linha fixa local por serviços de telefonia móvel e a correspondente redução no tráfego de serviço de voz. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela migração de nossos clientes de linha fixa de cobre para serviços de fibra.

Com a implementação de nossa estratégia de fibra compensamos parcialmente o declínio do cobre nos serviços residenciais de linha fixa. Em 2020, a Companhia mantinha 1,9 milhão de UGRs de serviços de telefonia em fibra que correspondiam a R\$343 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de linha fixa residencial e 4,4 milhões de UGRs de serviços de voz em cobre que correspondiam a R\$2.283 milhões de nossa receita operacional líquida de telefonia fixa residencial em serviço. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha 0,5 milhões de UGRs de serviços de telefonia em fibra que correspondiam a R\$54 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de linha fixa residencial e 6,5 milhões de clientes de voz em cobre que correspondiam a R\$3.271 milhões de nossa receita operacional líquida de telefonia fixa residencial em serviço. As receitas de serviços de voz em cobre diminuíram 30% durante 2020 e as receitas de voz em fibra aumentaram 537%.

Receita operacional líquida de serviços de banda larga

Nos serviços de banda larga, nossa estratégia de fibra é ainda mais perceptível. A receita operacional líquida de serviços de banda larga residencial, que inclui serviços de banda larga fornecidos por meio de nossas redes de cobre e fibra, aumentou 2,6% durante 2020, principalmente como resultado de: (1) um aumento de 223% no número de nossos assinantes de fibra residencial para 2,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 em relação a 0,6 milhões em 31 de dezembro de 2019; e (2) uma redução de 40% no número de nossos assinantes ADSL residenciais para 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 em relação a 3,6 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha 1,9 milhão de UGRs de fibra que correspondiam a R\$868 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de banda larga e 2,1 milhões de UGRs de banda larga em cobre que correspondiam a R\$1.375 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de banda larga. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha 0,6 milhões de UGRs em fibra que correspondiam a R\$173 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de banda larga e 3,6 milhões de UGRs de banda larga em cobre que correspondiam a R\$2.014 milhões da receita operacional líquida de serviços de banda larga. Em 2020, as receitas de banda larga em fibra aumentaram 402% e as receitas de banda larga de cobre diminuíram 32%.

Em 31 de dezembro de 2020, nossos assinantes ADSL representavam 64,0% do total de nossas linhas fixas residenciais em serviço e assinavam planos com uma velocidade média de 33,3 Mbps, em comparação com 60,0% de nossas linhas fixas residenciais totais em serviço a uma velocidade média de 33,3 Mbps em 31 de dezembro de 2019. A velocidade média de nossas assinaturas de banda larga residencial reflete principalmente o sucesso de nosso programa para aumentar as assinaturas em nossa rede FTTH em expansão.

Receita operacional líquida de serviços B2B

A receita operacional líquida de serviços B2B representou 41,9% de nossa receita operacional líquida durante 2020. Os serviços B2B incluem soluções corporativas oferecidas a nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte, incluindo serviços de voz e soluções de dados corporativos e alguns clientes de atacado. A receita operacional líquida de serviços B2B diminuiu 12,2%, principalmente como resultado de (1) menor tráfego de voz, seguindo a tendência natural

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do mercado, (2) a redução nas tarifas de interconexão em fevereiro de 2020 e fevereiro 2019, e (3) a lenta recuperação da economia brasileira impactado pelas restrições do COVID-19, o que levou a esforços de clientes corporativos e governamentais na redução de custos, incluindo custos de serviços de telecomunicações, ocasionado em redução ou fechamento de muitos de nossos clientes de pequenas e médias empresas.

Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossas despesas operacionais de operações continuadas, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	%
	(em milhões de reais, exceto percentagens)		
Depreciação e amortização.....	4.342	4.538	(4,3)
Serviços de terceiros	3.174	3.523	(9,9)
Perdas (reversões) com imparidade	(1.130)	2.111	n.m.
Pessoal	1.738	1.866	(6,9)
Aluguéis e seguros.....	1.482	1.616	(8,3)
Serviços de manutenção de rede	469	616	(23,9)
Publicidade e propaganda	314	445	(29,4)
Interconexão	169	177	(4,5)
Provisões.....	136	212	(35,8)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes.....	134	299	(55,2)
Tributos e outras Despesas (receitas)	21	(320)	n.m.
Custo de aparelhos e outros	10	1	n.m.
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas.....	237	(1.225)	n.m.
Total de despesas operacionais.....	11.096	13.859	(19,9)

n.m. = não mensurado.

As despesas operacionais diminuíram 19,9% durante 2020, principalmente devido a (1) perda por redução ao valor recuperável de ativos de longa duração de R\$ 2.111 em 2019 em relação a reversão de perda ao valor recuperável de ativos de longa duração de R\$ 1.130 em 2020, e (2) a 9,9%, ou R\$ 349 milhões, de redução em serviços de terceiros para R\$3.174 milhões em 2020 em relação a R\$3.523 milhões em 2019. Os efeitos desses fatores foram parcialmente compensados por reconhecimento de outras receitas operacionais líquidas de R\$1.225 milhões em 2019 em relação ao reconhecimento de outras despesas operacionais líquidas de R\$237 milhões em 2020.

Depreciação e amortização

As despesas de depreciação e amortização diminuíram 4,3% em 2020, principalmente como resultado do aumento de itens do ativo imobilizado totalmente depreciados de nossas operações continuadas.

Serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros reduziram 9,9% em 2020, principalmente como resultado de nossas iniciativas de redução de custos por meio de automação e digitalização, com impacto direto no relacionamento com o cliente e faturamento, bem como iniciativas de eficiência energética.

Perdas (reversões) com Imparidade

Em 2020, a Companhia realizou teste de redução ao valor recuperável de ativos de vida útil definida, de acordo com o IAS 36, e reconhecemos uma reversão de redução ao valor recuperável de R\$1.130 milhões em relação às perdas por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecidas, relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida da UGC de Ativos de operações continuadas, devido a evolução nos cenários e indicadores

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

financeiros considerados nos fluxos de caixa do aditamento ao PRJ. Em 2019, a Companhia registrou perdas por redução ao valor recuperável de R\$2.111 milhões, principalmente devido (1) à revisão de nosso plano estratégico, com foco na melhoria do desempenho operacional e financeiro, utilizando um modelo de negócios sustentável que visava maximizar o valor da Companhia no contexto da recuperação judicial; e (2) aumento da competitividade de mercado que acelerou a queda nas receitas de telefonia fixa e DTH. A perda por redução ao valor recuperável foi totalmente alocada ao valor contábil de nossas licenças regulatórias.

Pessoal

As despesas com pessoal (incluindo benefícios e encargos sociais dos funcionários e participação nos lucros dos funcionários e da administração) diminuíram 6,9% em 2020, principalmente devido a redução nas despesas diretas com funcionários, incluindo salários, impostos e benefícios, cujos efeitos foram parcialmente compensados por um aumento em despesas com participação nos lucros como resultado do cumprimento dos objetivos desse programa.

Aluguéis e Seguros

As despesas com aluguéis e seguros diminuíram 8,3% em 2020, devido principalmente a renegociações contratuais ocorridas no final de 2019, que resultaram em menores despesas de alugueis em 2020.

Serviços de manutenção de rede

As despesas com serviços de manutenção de rede diminuíram 23,9% em 2020, principalmente como resultado de (1) menores custos de manutenção relacionados a telefones públicos após a aprovação do PGMU, (2) renegociação bem-sucedida de alguns de nossos contratos de manutenção, e (3) a menor número de ocorrências de manutenção em decorrência de nossas iniciativas voltadas para ações preventivas e melhorias de produtividade, que vêm aumentando a eficiência das operações de campo, bem como ganhos de eficiência advindos da digitalização de processos de atendimento ao cliente.

Publicidade e propaganda

As despesas com publicidade e propaganda diminuíram 29,4% em 2020, principalmente como resultado das medidas de confinamento e isolamento social impostas pelo governo brasileiro devido à pandemia COVID-19, que culminou no fechamento de lojas, especialmente no segundo trimestre de 2020.

Interconexão

As despesas de interconexão reduziram 4,5% em 2020, principalmente como resultado de acordos de pagamento com outras operadoras de telecomunicações no quarto trimestre de 2019.

Provisões/Reversões

A provisão para contingências diminuiu 35,8% em 2020, principalmente como resultado da redução consistente no número de processos em 2020, devido à melhoria da qualidade de nosso serviço, que também se refletiu na redução de reclamações da ANATEL.

Perdas esperadas em contas a receber de clientes

As perdas esperadas em contas a receber de clientes diminuíram 55,2% em 2020, principalmente como resultado de uma melhoria nas ações de cobrança e uma redução na inadimplência durante o ano, devido a melhorias contínuas nos processos de venda e análise de crédito.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras despesas operacionais líquidas foram de R\$237 milhões em 2020, consistindo principalmente de despesas não recorrentes principalmente relacionadas a despesas com pessoal de R\$ 85 milhões e despesas com impostos e perdas esperadas com contas a receber com clientes governamentais de R\$114 milhões.

Outras receitas operacionais líquidas foram de R\$1.225 milhões em 2019, consistindo principalmente dos efeitos do reconhecimento contábil em 2019 de R\$1.518 milhões de créditos de PIS e COFINS, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019 e reconhecimento de despesas relativas a baixa oriunda da conciliação de créditos e incentivos fiscais, de períodos anteriores, sem expectativa de realização de R\$ 167 milhões.

Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos

O prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos diminuiu 46,2% para R\$1.811 milhões em 2020 em relação a R\$3.367 milhões em 2019. Como um percentual da receita operacional líquida, antes do resultado financeiro e dos tributos foram de 19,5% em 2020 e 32,1% em 2019.

Resultado financeiro

Receitas Financeiras

As receitas financeiras aumentaram 59,7%, ou R\$1.571 milhões, para R\$ 4.202 milhões em 2020 em relação a R\$2.632 milhões em 2019, principalmente devido a um aumento de R\$ 2.777 milhões nas receitas de variação monetária e cambial sobre desconto de dívidas com terceiros, para R\$ 3.160 milhões em 2020 em relação a R\$383 milhões em 2019, principalmente como resultado da desvalorização de 28,9% do real em relação ao dólar norte-americano durante este período. O efeito desse aumento foi parcialmente compensado pela receita de juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos de R\$437 milhões em 2020, em comparação a receita de juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos de R\$1.897 milhões em 2019, principalmente com resultado do reconhecimento de atualização monetária sobre créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS de sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019, no montante de R\$2.100 milhões.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras aumentaram 105,7%, ou R\$ 8.469 milhões, para R\$16.478 milhões em 2020 em relação a R\$ 8.009 milhões em 2019, como resultado de:

- aumento de R\$5.579 milhões em variação monetária e cambial sobre empréstimos com terceiros para R\$6.219 milhões em 2020 em relação a R\$641 milhões em 2019, principalmente como resultado da perda cambial devido à desvalorização de 28,9% do real em relação ao dólar norte-americano durante esse período; e
- aumento de R\$3.117 milhões em juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos para R\$5.009 milhões em 2020 em relação a R\$1.892 milhões em 2019, principalmente como resultado de: (1) variação cambial e amortização de ganhos diferidos relacionados ao ajuste a valor presente de nossa obrigação onerosa registrada no final de 2018 e 2019; e (2) variação cambial decorrente da desvalorização de 28,9% do real em relação ao dólar norte-americano no período.

Os efeitos desses fatores foram parcialmente compensados por uma redução de 44,8%, ou R\$712 milhões, em atualização monetária de provisões para R\$878 milhões em 2020 em relação a R\$1.590 milhões em 2019, principalmente como resultado da revisão da metodologia usada para

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

calcular as provisões para perdas em processos trabalhistas e cíveis durante 2019 devido às revisões em nosso modelo de estimativa como resultado do histórico de rescisões de processos no Plano RJ e nossa maior experiência acumulada com a estimativa dessas perdas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34% em 2020 e 2019. Registramos um benefício de imposto de renda e contribuição social de R\$3.551 milhões em 2020 em comparação com uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$13 milhões em 2019. A alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos foi de 25,2% em 2020 e a alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos foi de 0,1% em 2019. A tabela abaixo apresenta uma reconciliação da alíquota de imposto de renda e contribuição social para a taxa efetiva de imposto para cada um dos períodos apresentados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro,	
	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social	34,0%	34,0%
Equivalência patrimonial.....	0.1	0.0
Incentivos fiscais	0.0	0.0
Exclusões (adições) permanentes	(1.7)	(2.0)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos	(3.7)	(28.3)
Efeito tributários de ativo fiscal diferido de controladas no exterior	(3.5)	(3.5)
Taxa efetiva	25,2%	0,1%

A taxa efetiva de imposto aplicável ao prejuízo antes dos impostos foi de 25,2% em 2020, principalmente como resultado de: (1) efeitos tributários de provisão ao valor de realização de créditos fiscais diferidos de empresas que, em 31 de dezembro de 2020, não esperavam gerar lucros tributáveis futuros suficientes, contra os quais os créditos pudessem ser compensados, o que resultou em uma redução nos créditos fiscais diferidos de R\$519 milhões e reduziu a alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos em 3,7%; (2) efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, o que reduziu a alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos em 3,5%; e (3) efeitos tributários de adições permanentes, principalmente em decorrência dos efeitos do reconhecimento da amortização do ajuste a valor justo e correspondente variação cambial de passivos reestruturados no PRJ, que reduziu taxa de efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos em 1,7%.

A taxa efetiva de imposto aplicável ao prejuízo antes dos impostos foi de 0,1% em 2019, principalmente como resultado de: (1) efeitos tributários de provisão ao valor de realização de créditos fiscais diferidos de empresas que, em 31 de dezembro de 2019, não esperavam gerar lucros tributáveis futuros suficientes, contra os quais créditos pudessem ser compensados, o que resultou em uma redução nos créditos fiscais diferidos em R\$2.474 milhões e reduziu a alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos em 28,3%; (2) efeitos tributários de adições permanentes, principalmente em decorrência dos efeitos do reconhecimento da amortização do ajuste a valor justo e correspondente variação cambial de passivos reestruturados no PRJ, reduziu a alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos em 2,0%; e (3) efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, o que reduziu a alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos em 3,5%.

Prejuízo de operações continuadas

Como resultado do exposto acima, o prejuízo de operações continuadas diminuiu 20,7% para R\$10,536 milhões em 2020 em relação a R\$8.731 milhões em 2019. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo de operações continuadas foi de 113,5% em 2020 em comparação a 83,2 % em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)***

O lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos, foi de R\$7 milhões em 2020, representado pelos resultados das UPIs Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCo e UPI Data Center.

O prejuízo de operações descontinuadas, líquido de impostos, foi de R\$364 milhões em 2019, representado pelos resultados das UPIs Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCo e UPI Data Center.

Prejuízo do exercício

Como resultado do exposto acima, o prejuízo do exercício aumentou 15,8% para R\$10.528 milhões em 2020 em relação a R\$9.095 milhões em 2019. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo do exercício foi de 113,4% em 2020 em comparação com 86,7% em 2019.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (Consolidado – em milhões de reais)

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Como resultado da decisão da Companhia de alienar certos negócios e/ou Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), em conexão com o Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia (PRJ), revisamos nossas Demonstrações Contábeis comparativas da Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente e Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e as respectivas Notas Explicativas, em conexão com o IFRS 5, que exige que uma entidade reclassifique as divulgações relacionadas com todas as operações que foram descontinuadas na data do balanço do último período apresentado. Os efeitos das reclassificações são apresentados na Nota 31 das Demonstrações Contábeis.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Companhia Santomense de Telecomunicações e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga);
- Mobilidade Pessoal considera apenas as receitas de Longa Distância de origem SMP; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte, além dos serviços Digitais e de TI (Oi Soluções).

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossa demonstração de resultados, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
(em milhões de reais, exceto porcentagens)			
Receitas de vendas e/ou serviços	10.492	12.210	(14,1)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7.983)	(9.168)	(12,9)
Lucro Bruto	2.510	3.042	(17,5)
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	(5)	(13)	(61,5)
Despesas com vendas	(2.607)	(2.639)	(1,2)
Despesas gerais e administrativas	(2.781)	(2.734)	1,7
Outras despesas (receitas) operacionais	(484)	(4.419)	(89,1)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos.....	(3.367)	(6.764)	(50,2)
Resultado financeiro	(5.377)	26.691	n.m.
Prejuízos antes das tributações.....	(8.744)	19.928	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	13	3.292	n.m.
Lucro (prejuízo) das operações continuadas	(8.731)	23.220	n.m.
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	(364)	1.396	(126,1)
Lucro (prejuízo) do exercício	(9.095)	24.616	n.m.

n.m. = não mensurado.

Receita Operacional Líquida

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossa receita operacional líquida de operações continuadas, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Telecomunicações no Brasil:			
Residencial:			
Serviços de telefonia fixa	3.282	4.170	(21,3)
Banda larga	2.186	2.423	(9,8)
Interconexão	43	53	(18,9)
	5.511	6.646	(17,1)
Mobilidade pessoal			
Serviços de telefonia móvel	219	201	(9,0)
	219	201	(9,0)
Empresarial / Corporativo (serviços B2B)	4.435	4.936	(10,1)
Outros serviços e negócios	140	227	(38,3)
Receita de telecomunicações no Brasil	10.305	12.010	(14,2)
Receita com outras operações (1)	187	200	(6,5)
Receita operacional líquida de operações continuadas	10.492	12.210	(14,1)

(1) Incluem a receita operacional líquida das operações em África e Ásia..

n.m. = não mensurado

A receita operacional líquida de nosso segmento de Telecomunicações no Brasil diminuiu 14,1% em 2019, principalmente devido a queda de 10,1% na receita operacional líquida de serviços B2B e queda de 17,1% na receita operacional líquida de serviços residenciais.

Receita operacional líquida de atendimento ao cliente residencial

A receita operacional líquida de serviços ao cliente residencial representou 52,5% de nossa receita operacional líquida em 2019. Os serviços ao cliente residencial incluem serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz e serviços de comunicação de dados (banda larga). A receita operacional líquida de serviços residenciais diminuiu 17,1%, principalmente devido à iniciativa de reduzir os incentivos para a venda de serviços de cobre, combinada com a tendência natural de queda dessas receitas. Durante 2019, iniciamos nossa estratégia de implantação dos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

serviços em fibra e direcionamos esforços e investimentos para a execução de nosso plano de expansão da fibra.

Receita operacional líquida de serviços de telefonia fixa

A receita operacional líquida de serviços de telefonia fixa diminuiu 21,3% em 2019, principalmente devido a uma queda de 15,4% no número de linhas fixas residenciais em serviço para 7,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 em relação a 8,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente como resultado da tendência geral da indústria brasileira de telecomunicações de substituir os serviços de telefonia fixa por serviços de telefonia móvel e a correspondente redução no tráfego de serviço de voz. Os efeitos desses fatores foram parcialmente compensados pela migração de nossa base de clientes de telefonia fixa para ofertas de serviços convergentes e outros planos que oferecem minutos ilimitados de uso, que geram maior receita por usuário.

Em 2019, a Companhia mantinha 0,5 milhões UGRs em fibra que correspondiam a R\$ 54 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de telefonia fixa residencial e 6,5 milhões de UGRs de voz em cobre que correspondiam a R\$3.271 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de linhas fixas residenciais. Em 2018, a Companhia mantinha 0,04 milhões de UGRs em fibra que correspondiam a R\$ 2 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de linhas fixas residenciais e 8,2 milhões de UGRs de voz em cobre que correspondiam a R\$4.222 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de linhas fixas residenciais. Durante 2019, a fibra ainda era um processo incipiente e não era um substituto relevante para o cobre em nossos serviços de telefonia fixa residencial.

Receita operacional líquida de serviços de banda larga

A receita operacional líquida de serviços de banda larga residencial, que inclui serviços de banda larga fornecidos por meio de nossas redes de cobre e fibra, diminuiu 9,8% em 2019, principalmente como resultado de (1) queda de 13,9% no número de nossos assinantes ADSL residenciais para 4,2 milhões em 2019 em relação a 4,9 milhões em 2018, e (2) queda de 1,6% na receita operacional líquida média por assinante de serviços de banda larga.

Em 2019, tínhamos 0,6 milhões UGRs de fibra que correspondiam a R\$173 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de banda larga e 3,6 milhões de UGRs de banda larga em cobre que correspondiam a R\$2.014 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de banda larga. Em 2018, a Companhia mantinha 0,07 milhões de UGRs de fibra que correspondiam a R\$ 22 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de banda larga e 4,8 milhões de UGRs de banda larga em cobre que correspondiam a R\$2.401 milhões de nossa receita operacional líquida de serviços de banda larga. Em 2019, as receitas de banda larga de fibra aumentaram 685,3% e as receitas de banda larga de cobre diminuíram 16,1%.

Em 2019, os assinantes ADSL representavam 60,0% do total de nossas linhas fixas residenciais em serviço e assinavam planos com velocidade média de 33,3 Mbps, em comparação com 59,0% de nossas linhas fixas residenciais totais em serviço a uma velocidade média de 9,8 Mbps em 2018. O aumento substancial na velocidade média de nossas assinaturas de banda larga residencial reflete principalmente o sucesso de nosso programa para aumentar as assinaturas em nossa rede FTTH em expansão.

Receita operacional líquida de serviços B2B

A receita operacional líquida de serviços B2B representou 42,3% de nossa receita operacional líquida em 2019. Os serviços B2B incluem soluções corporativas oferecidas a nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte, incluindo serviços de voz e soluções de dados corporativos e alguns clientes de atacado. A receita operacional líquida de serviços B2B diminuiu 10,1%, principalmente como resultado de (1) menor tráfego de voz, seguindo a tendência natural do mercado, (2) a redução nas tarifas de interconexão em fevereiro de 2019 e fevereiro 2018, e (3) a lenta recuperação da atividade econômica brasileira, que levou a esforços de clientes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

corporativos e governamentais para reduzir custos, incluindo custos de serviços de telecomunicações, e levou à redução ou fechamento de muitos de nossos clientes PMEs.

Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossas despesas operacionais de operações contínuas, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	% Variação
	(em milhões de reais, exceto percentagens)		
Depreciação e amortização.....	4.538	4.014	13,1
Serviços de terceiros	3.523	3.477	1,3
Perdas com imparidade	2.111	292	n.m.
Pessoal	1.866	1.973	(5,4)
Aluguéis e seguros.....	1.616	2.626	(38,5)
Serviços de manutenção de rede	616	708	(13,0)
Publicidade e propaganda	445	329	35,3
Perdas esperadas em contas a receber de clientes.....	299	402	(25,6)
Provisões.....	212	199	6,5
Interconexão	177	262	(32,4)
Tributos e outras despesas.....	(320)	(326)	(1,8)
Custos de aparelhos e outros.....	1	0	n.m.
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas.....	(1.225)	5.016	(124,4)
Total de despesas operacionais.....	<u>13.859</u>	<u>18.974</u>	(27,0)

n.m. = não mensurado.

As despesas operacionais diminuíram 27,0% em 2019, principalmente devido a: (1) uma redução em outras despesas (receitas) operacionais, líquidas para uma receita de R\$1.225 milhões em 2019, em relação a uma despesa de R\$5.016 milhões em 2018, e (2) a 38,5%, ou R \$ 1.010 milhões, redução nas despesas de aluguéis e seguros para R\$1.616 milhões em 2019 em relação a R\$2.626 milhões em 2018. Os efeitos desses fatores foram parcialmente compensados por (1) aumento nas perdas por redução ao valor recuperável para R\$2.111 milhões em 2019 em relação a de R\$292 milhões em 2018, e (2) um aumento de 13,1% nas despesas de depreciação e amortização para R\$4.538 milhões em 2019 em relação a R\$4.014 milhões em 2018.

Depreciação e Amortização

Os custos de depreciação e amortização aumentaram 13,1% durante 2019, principalmente como resultado da implementação do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, que resultou em um aumento nas despesas de depreciação e amortização relacionado ao reconhecimento direito de uso de ativos em 2019.

Perdas com Imparidade

Em 2019 a Companhia realizou teste de redução ao valor recuperável de ativos de vida útil definida, de acordo com o IAS 36, e reconhecemos uma perda de redução ao valor recuperável R\$2.111 milhões, principalmente devido a: (1) revisão de nosso plano estratégico, com foco em desempenho operacional e financeiro, utilizando um modelo de negócios sustentável que visava maximizar o valor da Companhia no contexto de nossa recuperação judicial; e (2) aumento da competitividade de mercado que acelerou a queda nas receitas de telefonia fixa e DTH. Essa perda por redução ao valor recuperável foi totalmente alocada ao valor contábil de nossas licenças regulatórias. Em 2018 registramos perdas por redução ao valor recuperável de R\$292 milhões, relacionadas à lucratividade futura esperada de ativos com vida útil definida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Pessoal

As despesas com pessoal (incluindo benefícios a empregados e encargos sociais e participação nos lucros de empregados e administradores) diminuíram 5,4% em 2019, principalmente devido a ganhos de eficiência operacional e aumento de produtividade.

Aluguéis e Seguros

As despesas de aluguéis e seguros diminuíram 38,5% em 2019, principalmente como resultado da implementação do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, o que resultou em uma redução nas despesas de aluguel durante 2019.

Serviços de Manutenção de Rede

As despesas com serviços de manutenção de rede diminuíram 13,0% em 2019, principalmente como resultado de: (1) redução nas despesas de manutenção relacionados a telefones públicos após a aprovação do PGMU, (2) a renegociação bem-sucedida de alguns de nossos contratos de manutenção, e (3) a redução no número de ocorrências de manutenção em decorrência de nossas iniciativas voltadas para ações preventivas e melhorias de produtividade, que vêm aumentando a eficiência das operações de campo, bem como ganhos de eficiência advindos da digitalização de processos e do atendimento ao cliente.

Publicidade e Propaganda

As despesas com publicidade e propaganda aumentaram 35,3% em 2019, principalmente como resultado da intensificação de nossas campanhas publicitárias, especialmente para nossos serviços de FTTH.

Perdas esperadas em contas a receber de clientes

As perdas esperadas com contas a receber diminuíram 25,6% em 2019, principalmente como resultado de uma redução no nível de inadimplência de clientes, especialmente em nosso negócio B2B.

Provisões

A provisão para contingências aumentou 6,5% em 2019, principalmente como resultado da revisão da metodologia usada para calcular as provisões para perdas em ações trabalhistas e cíveis relacionadas aos acordos de juros financeiros de processos judiciais de ações cíveis relacionadas PEX, devido à revisão de nosso modelo de estimativa como resultado do histórico das decisões de ações judiciais no contexto do PRJ e maior experiência acumulada com estimativas para essas provisões.

Interconexão

As despesas de interconexão diminuíram 32,4% em 2019, principalmente como resultado das reduções nas tarifas de interconexão em fevereiro de 2019 e fevereiro de 2018, cujos efeitos foram parcialmente compensados por um aumento no tráfego de interconexão.

Tributos e outras despesas

Tributos e outras despesas diminuíram 1,8% em 2019, principalmente devido a uma diminuição das despesas com outros tributos, como resultado da diminuição das outras receitas às quais outros tributos estão associados e da diminuição das despesas com multas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

Em 2019, as outras receitas operacionais líquidas foram de R\$1.225 milhões, consistindo principalmente dos efeitos do reconhecimento contábil em 2019 de R\$1.518 milhões de créditos de PIS e COFINS, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019 e reconhecimento de despesas relativas a baixa oriunda da conciliação de créditos e incentivos fiscais, de períodos anteriores, sem expectativa de realização de R\$ 167 milhões.

Em 2018, as outras despesas operacionais líquidas foram de R\$5.016 milhões consistindo principalmente de: (1) R\$4.884 milhões de despesas relacionadas ao reconhecimento de provisão para contrato oneroso decorrente fornecimento de capacidade de cabos submarinos, e (2) R\$ 109 milhões com provisão para contingências devido ao reprocessamento do modelo de estimativa de provisão considerando o novo perfil de encerramento dos processos no contexto da aprovação e homologação do PRJ.

Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos

O prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos diminuiu 50,2% para R\$3.367 milhões em 2019 em relação a R\$6.764 milhões em 2018. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos foram de 32,1% em 2019 e 55,4% em 2018.

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

A receita financeira diminuiu 91,5% para R\$2.632 milhões em 2019 em relação a R\$ 30.919 milhões em 2018, principalmente devido a (1) reconhecimento do valor justo de empréstimos e financiamentos decorrentes dos impactos da ratificação do PRJ de R\$49 milhões em 2019 em comparação com R\$13.290 milhões em 2018, (2) efeitos de nenhum reconhecimento em 2019 de ganhos ou perdas relacionada a reestruturação de nossos empréstimos e financiamentos, em comparação com ganho reconhecido de R\$11.055 milhões em 2018, como resultado da novação de nossas dívidas representada pelos Bonds, calculadas de acordo com o PRJ, (3) juros e outras receitas de R\$170 milhões em 2019 em comparação com R\$ 4.049 milhões em 2018, principalmente como resultado reversão de R\$3.013 milhões de despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRJ, atualizadas no período anterior a homologação do PRJ e R\$877 milhões relativos a ajustes a valor presente de fornecedores e oferta geral, e (4) efeitos de variação monetária e cambial sobre ajuste a valor justo de R\$383 milhões em 2019 em comparação com R\$1.399 milhões em 2018.

Os efeitos dessas reduções foram parcialmente compensados pelos efeitos de juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos de R\$ 1.897 milhões em 2019, em comparação a R\$809 milhões em 2018, devido principalmente ao reconhecimento de atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo no montante de R\$2.100 milhões, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram 89,4%, ou R\$ 3.780 milhões, para R\$ 8.009 milhões em 2019 em relação a R\$4.228 milhões em 2018, principalmente como resultado de:

- aumento de despesas com juros de empréstimos com terceiros e debêntures de R\$1.618 milhões em 2019 em comparação a R\$1.793 milhões em 2018, principalmente como resultado da reversão de juros sobre dívidas incluídas no PRJ

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de R\$3.115 milhões em 2018, parcialmente compensadas por despesas com juros de R\$1.362 milhões;

- aumento de R\$1.363 milhões em atualização monetária de (provisões)/reversões para R\$1.590 milhões em 2019 em comparação com R\$ 227 milhões em 2018, principalmente como resultado da reversão de parte da provisão para contingências e os correspondentes ajustes de atualização monetária no decorrer de 2019, decorrente da revisão da metodologia utilizada para calcular as provisões para processos trabalhistas e cíveis, como resultado do histórico de encerramento dessas ações judiciais no âmbito do PRJ e de nossa experiência acumulada em estimar essas provisões;
- aumento de 51,2%, ou R\$ 641 milhões, nos juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos para R\$1.892 em 2019 em comparação a R\$ 1.251 milhões em 2018, principalmente como resultado do registro de R\$742 milhões de ajuste a valor presente e variação cambial associados aos passivos de contratos onerosos e fornecedores sujeitos ao PRJ; e
- perda de R\$185 milhões em investimentos classificados como mantidos para venda em 2019, principalmente como resultado de perda de R\$404 milhões registrada com base na revisão do valor justo do investimento e dividendos a receber na Unitel, cujos efeitos foram parcialmente compensados por receita de variação cambial de R\$165 milhões, devido à desvalorização de 4,0% do real em relação ao dólar norte-americano durante o período, em comparação com ganho de R\$ 293 milhões em 2018 relacionados aos investimentos classificados como mantidas para venda, principalmente como resultado de (1) receita de variação cambial de R\$ 829 milhões devido à desvalorização de 17,1% do real em relação ao dólar norte-americano, durante o período, e (2) R\$142 milhões de perda registradas em relação à parcela de dividendos aprovado pela Unitel, com relação ao exercício fiscal de 2017 da Unitel, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma perda de R\$678 milhões registrada com base em na revisão do valor justo do investimento e a revisão do valor recuperável de dividendos a receber da Unitel.

Os efeitos desses fatores foram parcialmente compensados por uma queda de 74,3%, ou R\$ 1.854 milhões, em variação monetária e cambial sobre empréstimos com terceiros para R\$640 milhões em 2019 em comparação a R\$2.494 milhões em 2018, principalmente como resultado do impacto positivo em nossa dívida denominada em dólares norte-americanos, devido a depreciação de 4,0% do Real em relação ao Dólar americano durante 2019 em comparação com a depreciação de 17,1% do Real em relação ao Dólar americano em 2018, bem como ganho de R\$555 milhões em 2019 associado à novação das dívidas provenientes dos Senior Notes.

Imposto de rendas e contribuição social

A alíquota de imposto de renda e contribuição social foi de 34% durante 2019 e 2018. Registramos uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$13 milhões em 2019 em comparação com um benefício de imposto de renda e contribuição social de R\$3.292 milhões em 2018. A alíquota tributária efetiva aplicável ao nosso prejuízo antes dos impostos foi de 0,1% em 2019 e a alíquota tributária efetiva aplicável ao lucro antes dos impostos foi (16,5)% em 2018. A tabela abaixo apresenta uma reconciliação do imposto de renda e contribuição social para a taxa efetiva de imposto para cada um dos períodos apresentados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social	34,0%	34,0%
Equivalência patrimonial	0.0	0.0
Incentivos fiscais	0.0	0.0
Exclusões (adições) permanentes	(2.0)	(64.3)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos	(28.3)	13.8
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior	(3.5)	0.0
Taxa efetiva	0,1%	(16,5)%

A taxa efetiva de imposto aplicável ao prejuízo antes dos impostos foi de 0,1% em 2019, principalmente como resultado de: (1) efeitos tributários de provisão ao valor de realização de créditos fiscais diferidos de empresas que, em 31 de dezembro de 2019, não esperavam gerar lucros tributáveis futuros suficientes, contra os quais créditos pudessem ser compensados, o que resultou em uma redução nos créditos fiscais diferidos em R\$2.474 milhões e reduziu a alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos em 28,3%; (2) efeitos tributários de adições permanentes, principalmente em decorrência dos efeitos do reconhecimento da amortização do ajuste a valor justo e correspondente variação cambial de passivos reestruturados no PRJ, reduziu a alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos em 2,0%; e (3) efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, o que reduziu a alíquota efetiva aplicável ao prejuízo antes dos impostos em 3,5%.

A taxa efetiva de imposto aplicável ao lucro antes dos impostos foi de (16,5)% em 2018, principalmente como resultado de efeitos tributários de exclusões permanentes, como resultado dos efeitos da novação dos passivos de dívida após a confirmação do PRJ, que reduziu nossa alíquota efetiva em 64,3%. Esse efeito foi parcialmente compensado pelos efeitos fiscais de provisão ao valor de realização de créditos fiscais diferidos de empresas que, em 31 de dezembro de 2018, não geraram lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos tributários possam ser compensados, o que resultou em uma redução nos ativos tributários em R\$2.757 milhões, aumentando nossa taxa efetiva de imposto em 13,8%.

Prejuízo das operações continuadas

Como resultado do exposto acima, o prejuízo de operações continuadas de R\$8.731 milhões em 2019 em comparação ao lucro de operações continuadas de R\$23.220 milhões em 2018. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo de operações continuadas foi de 83,2% em 2019 em comparação 190,2% em relação ao lucro de operações continuadas em 2018.

Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)

O prejuízo de operações descontinuadas, líquido de impostos, foi de R\$364 milhões em 2019, representado pelos resultados das UPIs Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCo e UPI Data Center

O lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos, foi de R\$1,396 milhões em 2018, representado pelos resultados das UPIs Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCo e UPI Data Center.

Lucro líquido (Prejuízo) do exercício

Como resultado do exposto acima, registramos prejuízo de R\$9.095 milhões em 2019 em comparação com o lucro líquido de R\$24.616 milhões em 2018. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo foi de 86,7% em 2019 em comparação 201,6% em relação ao lucro líquido apurado em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h.2) Balanço Patrimonial (consolidado – em milhões de reais)**

A tabela a seguir apresenta os componentes do balanço patrimonial consolidada das operações continuadas e descontinuadas apresentadas na Nota 31 da Demonstração Financeira de 31 de dezembro de 2020, além da variação percentual em relação ao exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

	Consolidado, em milhões de reais, exceto percentagem						Variação %	
ATIVO	2020	%	2019	%	2018	%	Dez/20 x Dez/19	Dez/19 x Dez/18
Circulante	33.795	45,8	17.992	25,0	21.313	32,6	91,2	(15,6)
Caixa e equivalentes de caixa	4.108	5,6	2.082	2,9	4.385	6,7	97,3	(52,5)
Aplicações financeiras	194	0,3	184	0,3	202	0,31	5,4	(8,9)
Contas a receber	3.974	5,4	6.335	8,8	6.517	10	(37,3)	(2,8)
Estoques	378	0,5	327	0,5	317	0,5	15,6	3,2
Tributos correntes a recuperar	358	0,5	543	0,8	621	0,9	(34,1)	(12,6)
Outros tributos	1.823	2,5	1.089	1,5	803	1,2	67,4	35,6
Depósitos judiciais	1.096	1,5	1.514	2,1	1.716	2,6	(27,6)	(11,8)
Ativo relacionado aos fundos de pensão	8	0,0	5	0,0	5	0	60,0	(0,0)
Despesas antecipadas	330	0,4	670	0,9	744	1,1	(50,7)	(9,9)
Ativos mantidos para venda	20.772	28,1	4.391	6,1	4.923	7,5	373,1	(10,8)
Demais ativos	754	1,0	852	1,2	1.080	1,7	(11,5)	(21,1)
Não circulante	40.045	54,2	53.900	75,0	44.125	67,4	(25,7)	22,2
Aplicações financeiras	10	0,0	34	0,0	37	0,1	(70,6)	(8,1)
Tributos diferidos a recuperar	3.671	5,0	99	0,1	23	0	3608,1	330,4
Outros tributos	1.447	2,0	2.996	4,2	716	1,1	(51,7)	318,4
Depósitos judiciais	6.198	8,4	6.651	9,3	7.019	10,7	(6,8)	(5,2)
Ativo relacionado aos fundos de pensão	37	0,1	55	0,1	64	0,1	(32,7)	(14,1)
Despesas Antecipadas	128	0,2	584	0,8	523	0,8	(78,1)	11,7
Demais ativos	597	0,8	438	0,6	251	0,4	36,3	74,5
Investimentos	124	0,2	134	0,2	118	0,2	(7,5)	13,6
Imobilizado	24.135	32,7	38.911	54,1	28.426	43,4	(38,0)	36,9
Intangível	3.698	5,0	3.998	5,6	6.948	10,6	(7,5)	(42,5)
TOTAL DO ATIVO	73.840	100	71.892	100,0	65.438	100,0	2,7	9,9

	Consolidado, em milhões de reais, exceto percentagem						Variação %	
PASSIVO	2020	%	2019	%	2018	%	Dez/20 x Dez/19	Dez/19 x Dez/18
Circulante	18.012	24,4	11.836	16,5	10.690	16,3	52,2	10,7
Fornecedores	3.276	4,4	5.594	7,8	5.226	8	(41,4)	7,0
Salários, encargos sociais e benefícios	742	1,0	852	1,2	907	1,4	(13,0)	(6,1)
Empréstimos e	425	0,6	326	0,5	673	1	30,4	(51,5)
Instrumentos financeiros	11	0,0	1	0	0	0	1.000,0	
Tributos correntes a recolher	12	0,0	67	0,1	27	0	(79,1)	148,1
Outros tributos	1.189	1,6	887	1,2	1.034	1,6	34,0	(14,2)
Dividendos e juros sobre capital próprio	18	0,0	6	0,0	6	0	200,0	0,0
Autorizações e concessões a pagar	43	0,1	59	0,1	86	0,1	(27,1)	(31,4)
Programa de refinanciamento fiscal	94	0,1	87	0,1	142	0,2	8,0	(38,7)
Provisões	782	1,1	548	0,8	680	1	42,7	(19,4)
Arrendamentos a pagar	655	0,9	1.510	2,1			(56,6)	
Passivos associados a ativos mantidos para venda	9.195	12,5	494	0,7	527	0,8	1.761,3	(6,3)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demais obrigações	1.570	2,1	1.405	2,0	1.382	2,1	11,7	1,7
Não Circulante	48.058	65,1	42.259	58,8	31.852	48,7	13,7	32,7
Fornecedores	5.021	6,8	3.293	4,6	3.593	5,5	52,5	(8,3)
Empréstimos e	25.919	35,1	17.900	24,9	15.777	24,1	44,8	13,4
Tributos diferidos a recolher	0	0,0	0	0,0				
Outros tributos	1.324	1,8	1.224	1,7	629	1	8,2	94,5
Programa de refinanciamento fiscal	253	0,3	331	0,5	411	0,6	(23,6)	(19,4)
Provisões	5.029	6,8	4.704	6,5	4.358	6,7	6,9	7,9
Provisões para fundos de pensão	702	1,0	633	0,9	579	0,9	10,9	9,3
Arrendamentos a pagar	2.327	3,2	6.640	9,2			(65,0)	
Demais obrigações	7.483	10,1	7.534	10,5	6.505	9,9	(0,7)	15,8
Patrimônio líquido	7.770	10,5	17.797	24,8	22.896	35	(56,3)	(22,3)
Capital social	32.539	44,1	32.539	45,3	32.038	49	0,0	1,5
Custo de emissão de ações	(801)	(1,1)	(801)	(1,1)	(377)	(0,6)	0,0	112,4
Reservas de capital	3.907	5,3	3.907	5,4	11.533	17,6	0,0	(66,1)
Ações em tesouraria	(33)	0,0	(33)	0,0	(2.803)	(4,3)	0,0	(98,8)
Outros resultados	398	0,5	(233)	(0,3)	(66)	(0,1)	(270,8)	253,0
Outros	0	0,0	0	0,0	(142)	(0,2)		(100,0)
Prejuízos acumulados	(28.258)	(38,3)	(17.728)	(24,7)	(17.530)	(26,8)	59,4	1,1
Participação dos não controladores	18	0,0	146	0,2	243	0,4	(87,7)	(39,9)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	73.840	100	71.892	100	65.438	100	2,7	9,9

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 das contas patrimoniais (consolidado – em milhões de reais).

ATIVOCaixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R\$4.312 milhões em 31 de dezembro de 2020, um acréscimo de R\$2.012 milhões ou 87,5% em relação a 31 de dezembro de 2019. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente a:

- (i) O caixa gerado nas atividades operacionais de operações continuadas de R\$787 milhões e descontinuadas de R\$3.619 milhões;
- (ii) caixa gerado nas atividades de investimentos de operações continuadas de R\$1.098 milhões (principalmente devido a aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível (capex) no montante de R\$3.455 milhões e recebimento de caixa na venda de investimentos - PT Ventures no montante de R\$4.132 milhões) e caixa utilizado nas atividades de investimentos de operações descontinuadas de R\$4.242 milhões, (principalmente devido a aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível (capex)); e
- (iii) caixa gerado nas atividades de financiamentos de operações continuadas de R\$1.676 milhões, (principalmente como resultado da captação de debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória da Companhia e da Telemar emitidas pela Oi Móvel em valor agregado de R\$ 2.500 milhões); e caixa utilizado nas atividades de financiamentos de operações descontinuadas de R\$877 milhões;

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R\$2.300 milhões em 31 de dezembro de 2019, um decréscimo de R\$2.324 milhões ou 50,3% em relação a 31 de dezembro de 2018. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de:

- (i) O caixa utilizado nas atividades operacionais de operações continuadas de R\$2.168 milhões e caixa gerado nas atividades operacionais de operações descontinuadas de R\$4.358 milhões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) caixa utilizado nas atividades de investimentos de operações continuadas de R\$3.580 milhões, (principalmente como resultado de aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível (capex) no montante de R\$4.157 milhões) e caixa utilizado nas atividades de investimentos de operações descontinuadas de R\$3.270 milhões, (principalmente como resultado de aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível (capex));
- (iii) caixa gerado nas atividades de financiamentos de operações continuadas de R\$3.306 milhões, (principalmente como resultado aumento do capital social com novos recursos no âmbito do PRJ no montante de R\$4.000 milhões e pagamento de contratos de arrendamentos no montante de R\$540 milhões); e caixa utilizado nas atividades de financiamentos de operações descontinuadas de R\$949 milhões.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, o contas a receber possuía saldo de R\$3.974 milhões, um decréscimo de R\$1.748 milhões ou 37,3% em relação a dezembro de 2019, principalmente como resultado da transferência para ativos mantidos para venda decorrente da previsão de alienação das operações das UPIs.

Em 31 de dezembro de 2019, o contas a receber possuía saldo de R\$6.335 milhões, um decréscimo de R\$182 milhões ou 2,8% em relação a dezembro de 2018 relacionado principalmente pela revisão nas estimativas de perdas esperadas no contas a receber.

Tributos a recuperar – circulante

Em 31 de dezembro de 2020, a companhia possuía R\$358 milhões, um decréscimo de R\$185 milhões ou 34% em relação a dezembro de 2019. Representados por: (i) redução de créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos de R\$147 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia possuía R\$543 milhões, um decréscimo de R\$78,0 milhões ou 12,6% em relação a dezembro de 2018. Representados por: (i) redução de R\$88 milhões em IR e CS a recuperar.

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$7.294 milhões em 31 de dezembro de 2020, um decréscimo de R\$871 milhões em relação a dezembro de 2019, devido principalmente a: (i) redução de R\$891 milhões de depósitos relativos principalmente pela conversão em renda de depósitos judiciais relacionados a contingências cíveis.

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$8.165 milhões em 31 de dezembro de 2019, um decréscimo de R\$570 milhões em relação a dezembro de 2018, devido principalmente a: (i) redução de R\$1.172 milhões de depósitos relativos às causas, cíveis, tributárias trabalhistas, e (ii) redução de R\$603 milhões nas perdas estimadas, ambos decorrentes de conciliação e baixa dos litígios associados aos depósitos.

Ativos mantidos para venda

O saldo de ativos mantidos para venda aumentou R\$16.381 milhões no decorrer do exercício de 2020 para R\$20.772 milhões, devido principalmente a segregação e reclassificação dos ativos relacionados a 5 (cinco) UPIs associadas (a) à operação em telefonia e dados no mercado de comunicação móvel ("UPI Ativos Móveis"); (b) à infraestrutura passiva ("UPI Torres" e "UPI Data Center"); (c) à operação de redes de telecomunicações ("UPI InfraCo"); e (d) ao negócio de TV ("UPI TVCo"). Os ativos e passivos relacionados as UPIs são classificados como mantidos para venda, devido aos seus valores contábeis serem recuperados, principalmente por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A Companhia considera que a venda desses ativos se configura como uma venda altamente provável, considerando a evolução do plano de alienação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

desses ativos. O grupo de ativos e de passivos das UPIs estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

O saldo de ativos mantidos para venda reduziu R\$532 milhões no decorrer do exercício de 2019 devido principalmente a: (i) alienação da participação em maio de 2019 da Cabo Verde Telecom, S.A. ("CVT"), para o Instituto Nacional de Previdência Social e a empresa pública ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., ambos de Cabo Verde, pelo valor total de US\$ 26,3 milhões, (ii) acréscimo na provisão para perdas sobre os investimentos (principalmente Unitel) no montante de R\$404 milhões; e (iii) variação cambial positiva no montante de R\$165 milhões.

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$24.135 milhões em 31 de dezembro de 2020, um decréscimo de R\$14.776 milhões ou 38,0% em relação a 31 de dezembro de 2019, representado principalmente devido (i) adições no montante de R\$9.313 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede (inclui adições aos contratos de arrendamentos de R\$1.515 milhões); (ii) depreciações no montante de R\$5.968 milhões (inclui adições de depreciação dos contratos de arrendamentos de R\$1.061 milhões); (iii) baixas líquidas de R\$1.323 milhões, e (iv) reclassificação líquida dos ativos relacionados as UPI Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCo, UPI Torres e UPI Data Center para ativos mantidos para venda no montante de R\$17.277 milhões.

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$39.911 milhões em 31 de dezembro de 2019, um acréscimo de R\$10.485 milhões ou 36,9% em relação a 31 de dezembro de 2018, representado principalmente devido a: (i) R\$8.733 milhões referente a adoção da nova norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1 de janeiro de 2019, com reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento mercantil no balanço patrimonial com relação aos bens arrendados; (ii) adições no montante de R\$7.733 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede (inclui adições aos contratos de arrendamentos de R\$239 milhões); (iii) depreciações no montante de R\$5.549 milhões (inclui adições de depreciação dos contratos de arrendamentos de R\$952 milhões); (iv) baixas líquidas de R\$315 milhões, e (v) transferências líquidas de bens destinados a venda de R\$117 milhões.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R\$3.698 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$300 milhões ou 7,5% em relação a 31 de dezembro de 2019, representado principalmente devido a: (i) reversão de perdas com imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida no montante de R\$1.130 milhões; (ii) adições no montante de R\$287 milhões; (iii) amortizações no montante de R\$909 milhões; e (iv) transferências líquidas para ativos mantidos para venda no montante de R\$760 milhões.

O ativo intangível possuía saldo de R\$3.998 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$2.950 milhões ou 42,5% em relação a 31 de dezembro de 2018, representado principalmente devido a: (i) perdas com imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida no montante de R\$2.111 milhões; e (ii) adições no montante de R\$422 milhões; (iii) amortizações no montante de R\$1.261 milhões.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos – circulante e não circulante

A conta de empréstimos e financiamento – circulante e não circulante, possuía saldo de R\$26.344 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$8.118 milhões ou 44,5% em relação a 31 de dezembro de 2019, representado principalmente devido a: (i) apropriação de juros, variação monetária e variação cambial sobre as dívidas no montante de R\$5.193 milhões; (ii)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

apropriação de ajuste a valor presente no montante de R\$1.413 milhões; (iii) pagamento de principal e juros no montante de R\$ 804 milhões; e (iv) captação de debêntures privadas simples, não conversíveis em ações emitidas em valor agregado de R\$ 2.500 milhões.

A conta de empréstimos e financiamento – circulante e não circulante, possuía saldo de R\$18.226 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$1.776 milhões ou 10,8% em relação a 31 de dezembro de 2018, representado principalmente devido a: (i) apropriação de juros, variação monetária sobre as dívidas no montante de R\$1.251 milhões, e (ii) apropriação de ajuste a valor presente no montante de R\$527 milhões.

Fornecedores – circulante e não circulante

Fornecedores possuía saldo de R\$8.297 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$590 milhões ou 6,6% em relação a 31 de dezembro de 2019, representado principalmente por: (i) redução nos saldos de fornecedores de serviços, materiais a alugueis de R\$1.260 milhões decorrente das reclassificação dos passivos das UPIs para mantidos para venda, (ii) redução decorrente atualização monetária sobre provisão ANATEL AGU de R\$518 milhões, e (iii) aumento decorrente da apropriação de ajuste a valor presente no montante de R\$2.001 milhões.

Fornecedores possuía saldo de R\$8.887 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$68 milhões ou 0,8% em relação a 31 de dezembro de 2018, representado principalmente por: (i) redução nos saldos de fornecedores de serviços, materiais a alugueis de R\$684 milhões, (ii) aumento decorrente atualização monetária sobre provisão ANATEL AGU de R\$425 milhões, e (iii) aumento decorrente da apropriação de ajuste a valor presente no montante de R\$303 milhões.

Tributos correntes a recolher

A conta de tributos correntes a recolher possuía saldo de R\$12 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$53 milhões ou 82,1% em relação a 31 de dezembro de 2019.

A conta de tributos correntes a recolher possuía saldo de R\$67 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$40 milhões ou 148,1% em relação a 31 de dezembro de 2018.

Provisões - circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R\$5.811 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$559 milhões ou 10,6% em relação a 31 de dezembro de 2019, devido principalmente a: (i) Atualização monetária de R\$ 891 milhões; (ii) adições de R\$582 milhões; e (iii) baixas por pagamentos ou encerramentos de R\$852 milhões.

A conta de provisões possuía saldo de R\$5.252 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$214 milhões ou 4,2% em relação a 31 de dezembro de 2018, devido principalmente a revisão da metodologia do cálculo de estimativas da provisão, considerando o novo perfil e histórico de encerramento dos processos judiciais, no contexto do PRJ, bem como, na avaliação do risco de perda realizado pela Administração suportada por seus assessores legais.

Passivos associados a ativos mantidos para venda

A conta de passivos associados a ativos mantidos para venda possuía saldo de R\$9.195 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$8.701 milhões ou 1.761,3% em relação a 31 de dezembro de 2019, devido principalmente a reclassificação dos passivos relacionados as UPI Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCo, UPI Torres e UPI Data Center classificados como mantidos para venda, devido aos seus valores contábeis serem recuperados, principalmente por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de passivos associados a ativos mantidos para venda corresponde à classificação dos passivos associados a ativos mantidos para venda das operações africanas e asiáticas.

Demais obrigações - circulante e não circulante

A conta de demais obrigações possuía saldo de R\$9.053 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$114 milhões ou 1,3% em relação a 31 de dezembro de 2019. O aumento foi originado principalmente ao registro da cessão de créditos oriunda da antecipação realizada, junto a instituição financeira, dos fluxos de caixa a receber da Fundação Sistel no montante de R\$196 milhões. Os efeitos desse aumento são parcialmente compensados com a redução no montante de R\$180 milhões nos valores recebidos antecipadamente pela cessão do direito à operação comercial e uso de ativos de infraestrutura que são reconhecidos na receita pelo período efetivo dos contratos e incluem também taxas de habilitação/installação do serviço que são reconhecidos na receita de acordo com período de utilização dos serviços pelos clientes.

A conta de demais obrigações possuía saldo de R\$8.939 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$1.052 milhões ou 13,3% em relação a 31 de dezembro de 2018. O aumento foi originado principalmente pela provisão constituída para contrato oneroso de R\$1.230 milhões decorrente de acordo de fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Dado que as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, bem como, os custos são inevitáveis, a Companhia, consoante ao CPC 25/IAS 37, reconhece uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente.

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R\$7.770 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$10.027 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (i) prejuízo do exercício no montante de R\$10.529 milhões; (ii) efeito positivo de outros resultados abrangentes no montante de R\$678 milhões; e (iii) redução de participação de não controladores no montante de R\$176 milhões.

O saldo do patrimônio líquido era de R\$17.797 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$5.099 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (i) aumento do capital social com novos recursos no âmbito do PRJ no montante de R\$4.337 milhões, sendo R\$4.000 milhões em dinheiro e R\$337 a título de remuneração pelos compromissos assumidos no contrato, registrado em contrapartida a custo de emissão de ações, (ii) prejuízo do exercício no montante de R\$9.095 milhões; e (iii) custo com emissão de ações de R\$424 milhões.

h.3) Fluxo de Caixa (consolidado – em milhões de reais)

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de investimentos

Durante o ano 2020, a geração de caixa líquido nas atividades de investimentos das operações continuadas foi de R\$1.098 milhões e consistiram, principalmente de: (i) investimentos no montante de R\$3.455 milhões em compras de bens, equipamentos, serviços e ativos intangíveis (capex), principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia; (ii) caixa recebido na venda de investimentos - PT Ventures de R\$4.132 milhões; e (iii) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$647 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. A utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos das operações descontinuadas foi de R\$4.242 milhões relacionado principalmente de investimentos em Capex..

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Durante o ano 2019, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos das operações continuadas foi de R\$3.580 milhões e consistiram, principalmente de: (i) investimentos no montante de R\$4.157 milhões em compras de bens, equipamentos, serviços e ativos intangíveis (capex), principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia; (ii) dividendos recebidos de empresas no exterior classificados como ativos mantidos para venda de R\$227 milhões, e (iii) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$244 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. A utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos das operações descontinuadas foi de R\$3.270 milhões relacionado principalmente de investimentos em Capex.

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de financiamento

Durante o ano 2020 as disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos das operações continuadas foi de R\$1.677 milhões e decorrentes principalmente de: (i) captação de debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória da Companhia e da Telemar emitidas pela Oi Móvel em valor agregado de R\$ 2.500 milhões; (ii) pagamento de contratos de arrendamentos no montante de R\$597 milhões; e (iii) pagamentos de operações de instrumentos financeiros derivativos de R\$120 referentes. As disponibilidades líquidas utilizadas nas atividades de financiamentos das operações descontinuadas foi de R\$877 milhões relacionadas principalmente por pagamentos de contratos de arrendamentos.

Durante o ano 2019 as disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos das operações continuadas foi de R\$3.306 milhões e decorrentes principalmente de: (i) aumento do capital social com novos recursos no âmbito do PRJ no montante R\$4.000 milhões em dinheiro; (ii) pagamento de contratos de arrendamentos no montante de R\$540 milhões; e (iii) desembolsos de R\$152 referentes a principal de programa de refinanciamento fiscal. As disponibilidades líquidas utilizadas nas atividades de financiamentos das operações descontinuadas foi de R\$949 milhões, relacionadas principalmente por pagamentos de contratos de arrendamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Abaixo os Diretores da Companhia apresentam seus comentários acerca do resultado das operações da Companhia, em especial, descrevem os componentes da receita e os fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os serviços de telecomunicações e de TI prestados pela Companhia englobam:

- Serviços de telefonia fixa local nas Regiões I, II e III, inclusive instalação, assinatura mensal, serviços medidos, chamadas a cobrar e serviços locais suplementares;
- Serviços de longa distância nacional e internacional, por meio de telefonia fixa nas Regiões I, II e III, com uso de códigos de seleção de prestadora para longa distância, os quais são representados pelo número "14" no caso da Oi S.A. (Região II) e pelo número "31" no caso da TMAR (Regiões I e III);
- Serviços de telefonia móvel, em todo território nacional, com a utilização de tecnologia 2G e 3G, bem como a tecnologia 4G;
- Serviços de comunicação de dados, que incluem (1) serviços *Asymmetric Digital Subscriber Line 2+* ("ADSL2+") e *Very-high-bit-rate Digital Subscriber Line 2* ("VDSL2") e *Gigabit Passive Optical Network* ("GPON"); (2) arrendamento de linhas digitais e analógicas exclusivas para outras prestadoras, ISPs e clientes corporativos; (3) soluções de Protocolo de Internet ("IP"); e (4) outros serviços de comunicação de dados;
- Uso da rede própria (1) para completar chamadas iniciadas por clientes de outras operadoras (serviços de interconexão); ou (2) por operadoras que não possuem a rede necessária;
- Serviços de TV por assinatura, incluindo SeAC, DTH e IPTV;
- Serviços de transporte de tráfego;
- Terminais de Uso Público ("orelhões");
- Serviços de valor agregado que incluem correio de voz, identificador de chamadas e assistência a lista, entre outros;
- Serviços avançados de voz para clientes corporativos, tais como serviços de Código Não Geográfico (CNG) da série 800 (chamada gratuita) e serviços de CNG da série 300 (chamadas compartilhadas); e
- Serviços de *Cloud Computing*, *Data Center*, Segurança, vídeo colaboração e IoT (Internet das Coisas).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A geração de receita de cada um dos segmentos de negócios é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de FTTH¹, incluindo serviços de voz, serviços locais suplementares, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel, além de Serviços de Valor Adicionado (SVA); e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.
- Serviços de Atacado que incluem atendimentos a Operadoras e ISPs

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetam a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, conforme comentários dos Diretores, são:

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e da demanda por serviços de telecomunicações

A Oi S.A. é uma empresa de telecomunicações brasileira e, como consequência, as suas operações são substancialmente realizadas no Brasil. Desta forma, a Companhia é afetada, principalmente, pelas condições econômicas do país.

O ano de 2020 começou com uma expectativa positiva para o Brasil, tendo em vista a agenda de reformas no congresso e o Dólar a R\$4,0307. No entanto, a aceleração da pandemia da covid-19, a chegada do vírus no Brasil e o aumento da incerteza com relação a duração esperada das medidas de confinamento e isolamento impactaram a economia internacional e a economia local.

Em março e abril, medidas de isolamento social foram aplicadas em boa parte do território brasileiro, o que afetou fortemente a atividade econômica. A partir de maio a economia apresentou uma leve reação em função de medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal, com destaque para: o auxílio emergencial a trabalhadores informais (R\$ 321,8 bilhões); o auxílio emergencial aos estados (R\$ 60,2 bilhões); e o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 51,5 bilhões). De abril, a dezembro foi pago o auxílio emergencial no valor de R\$600 reais por mês a aproximadamente 67 milhões de brasileiros.

Em 2020, O consumo das famílias foi um severamente contingenciado e se retraiu 5,2% em comparação a 2019. Os serviços foram o componente do PIB com maior recuo, principalmente em função da retração do de atividades ligadas a: serviços de alojamento, alimentação, saúde privada e serviços gerais prestados às famílias. Em vistas do ambiente pandêmico, a taxa de desemprego se deteriorou e terminou o ano de 2020 no patamar de 14,3%, atingindo aproximadamente 14 milhões de pessoas, patamar mais elevado desde 2012. Tais fatos geraram um aumento da informalidade, a taxa média de desocupação no país ficou em 11,9%, segundo dados do IBGE.

Dada a elevada turbulência internacional e incertezas gerais em relação a pandemia, o Real se depreciou 28,9% em relação ao Dólar. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano a 4,52%, levemente acima do centro da meta de 4,00%, ainda dentro do intervalo de tolerância. O Banco Central do Brasil, entendeu a elevação dos preços como algo pontual e manteve a taxa Selic em 2,00% ao ano, o menor patamar da história.

¹ FTTH = *Fiber to the home*

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2020, a taxa de variação anual do PIB brasileiro teve uma retração de 4,0% e suspendeu a expectativa de recuperação econômica que se colocava em marcha nos últimos anos. De 2017 a 2019, a taxa de variação anual do PIB brasileiro foi de aproximadamente de 1,1%. O resultado do PIB de 2020 interrompeu a trajetória de crescimento que se estendia por três anos e retornou ao patamar de 2016.

Os Diretores da Companhia acreditam que o desempenho da economia, o percentual da população empregada e o crescimento do PIB brasileiro estimulam a demanda por serviços de telecomunicações. A demanda por esses mesmos serviços é relativamente inelástica em períodos de estagnação econômica e o efeito nas receitas da Companhia de uma desaceleração da economia ou mesmo de uma recessão doméstica não se mostram tão relevantes. Contudo, uma deterioração grande e prolongada das condições econômicas no Brasil, como a ocorrida em 2020 com a pandemia do coronavírus, poderia afetar negativamente o volume de assinantes e de uso dos serviços prestados pela Companhia e, conseqüentemente, suas receitas operacionais.

Entre os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número dos nossos assinantes diminuiu 7,5% e entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 essa queda foi de 4,6%, de 29,4 milhões em dezembro de 2020 em relação a 31,8 milhões em dezembro de 2019 em relação a 33,3 milhões em dezembro de 2018, enquanto o número de linhas de telefone fixo Oi em serviço reduziu 15,1% entre 2020 e 2019 e 15,3% entre 2019 e 2018.

Demanda pelos Serviços de Telecomunicações

Demanda pelos Serviços de Telefonia Fixa Local

O nível de penetração da telefonia fixa no Brasil é similar àquela de países com a mesma renda per capita e, assim como aconteceu em outros países, a base de clientes de telefonia fixa possui uma tendência de queda e substituição pela telefonia móvel.

A demanda pelos serviços de telefonia fixa local fornecido pela Companhia apresentou redução nos últimos anos. Em 2020, o número de linhas fixas em serviço apresentou redução de aproximadamente 8,15% quando comparada a 2019. Entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta redução foi de 12,5%.

A Companhia procura atenuar a tendência generalizada no setor de telecomunicações brasileiro de substituir os serviços de telefonia fixa local por telefonia móvel (1) oferecendo serviços de valor agregado aos clientes de telefonia fixa, principalmente assinatura de serviços de banda larga, e (2) promovendo a convergência de serviços de telecomunicações através da oferta de pacotes convergentes de telefonia fixa local, de longa distância, móvel, banda larga e TV paga. Em decorrência dessas ofertas, os Diretores da Companhia esperam que o número de linhas fixas em serviço siga diminuindo nos próximos anos e diante disso, a Companhia tem investido em novos produtos residenciais.

Seguindo o plano estratégico traçado em 2019, o ano de 2020 foi um ano de muitos investimentos em FTTH. A companhia alcançou 9,0 milhões de casas passadas, um incremento de aproximado 4,5 milhões na base já existente que era de 4,6 milhões de casas passadas ao fim de 2019. As conexões também cresceram com os novos investimentos. O número de casas conectadas cresceu mais de 200% e alcançou 2,1 milhões de clientes. Este número era de aproximadamente 675 mil casas conectadas ao fim de 2019. Tais feitos fizeram que o *take-up* antes de 14,7% passasse a 23,2%. O Plano estratégico da Companhia prevê alcançar 16 milhões ao fim de 2021. Em 2020, a companhia atingiu 9,1 milhões de casas passadas.

A Companhia está sujeita, segundo regulamentos da ANATEL e os contratos de concessão, a oferecer planos básicos de telefonia fixa a seus clientes residenciais com 200 minutos de uso da rede de telefonia fixa para fazer ligações locais. O cliente de um plano básico paga um valor mensal pelo serviço e quando as ligações locais excedem o limite do plano a Companhia cobra um valor por minuto excedente. No entanto, a Companhia oferece diversos planos alternativos de telefonia fixa com diferentes ofertas para

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

atender às diferentes necessidades e perfis de consumo do mercado, adequadas ao perfil de cada cliente. Um exemplo clássico é o plano ilimitado para clientes que realizam muitas chamadas por mês e pagam uma mensalidade fixa para a Oi.

O aumento substancial do número de usuários de telefonia móvel no Brasil nos últimos dez anos também teve um impacto negativo sobre o uso dos telefones públicos. Como operadora com concessão pública de serviços de telefonia fixa local das Regiões I e II, a Companhia está sujeita aos regulamentos da ANATEL e segundo os contratos de concessão por ela celebrados, é necessário cumprir certas metas de disponibilidade de telefones públicos - TUP em toda a área de concessão. Contudo, como uma parte cada vez maior da população utiliza celulares, o uso de telefones públicos declinou ao longo dos anos. Como consequência em dezembro de 2018 foi publicado o Decreto nº 9.619, que aprovou o Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público, conhecido como PGMU IV, redefinindo as metas de instalação de TUP, e permitindo que as concessionárias reduzissem significativamente a quantidade de TUP, e estabelecendo que o saldo decorrente das alterações de metas de TUP seria utilizado em favor de metas de acesso sem fio para prestação do STFC através de tecnologia de quarta geração, 4G. Em 2018, dias antes da publicação do Decreto nº 9.619/2018, teve início a Consulta Pública nº 51/2018, relativa à para revisão quinquenal dos contratos de concessão e do PGMU. Trata-se da última revisão quinquenal prevista nos contratos de concessão. Após o encerramento da Consulta Pública e análise das manifestações de toda sociedade, a Anatel, em dezembro de 2020, aprovou novas minutas de contrato de concessão e encaminhou ao Poder Executivo sugestão de texto para o novo PGMU².

Demanda pelos Serviços de Telefonia Móvel

O número de clientes em mobilidade entre anos de 2019 e 2020 seguiram em queda conforme anos anteriores. Assim como nos outros períodos, a redução de 36,8 milhões (2019) para 36,7 milhões (2020) foi principalmente impactada pelo seguimento pré-pago. Que teve uma redução de 24,5 milhões para 23,0 milhões, o que representou menos 6,2% para a companhia no pré-pago. No entanto, no segmento pós-pago a companhia apresentou ligeira melhora ao longo do ano de 2020. Em 2019 a empresa fechou o ano com 12,3 milhões de clientes. Já em 2020 o fechamento foi de 13,7 milhões, o que representou para o pós-pago da Oi um aumento de 11,2% na sua base.

O mercado de serviços de telefonia móvel é altamente competitivo na região em que a Companhia opera. Com o intuito de tentar reduzir o índice médio de cancelamento no segmento e agregar novos clientes, a empresa incorre em despesas comerciais/publicitárias, esforços de vendas e descontos oferecidos nas ofertas e atividades promocionais.

Em 14 de Dezembro de 2020, realizou-se no Juízo da Recuperação Judicial a audiência para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, na forma e nos termos previstos no Aditamento ao PRJ e do Edital UPI Ativos Móveis. Foi recebida uma proposta de compra por parte das empresas Telefônica Brasil S.A., TIM S.A. e Claro S.A. no valor de R\$ 16,5 bilhões, dos quais R\$756 milhões referem-se a serviços de transição a serem prestados por até 12 meses pela Oi às Proponentes, acrescido do compromisso de celebração de contratos de longo prazo de prestação de serviços de capacidade de transmissão junto à Oi, na modalidade *take or pay*, cujo valor presente líquido (VPL), calculado para fins e na forma prevista no Aditamento ao PRJ, é de R\$ 819 milhões, os termos e condições previstos na respectiva proposta vinculante e no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações constam do Anexo 5.3.9.1 do Aditamento ao PRJ;

Demanda pelos Serviços de Transmissão de Dados

A base de clientes de Serviços de Transmissão de Dados é composta por clientes de Banda larga Cobre, Clientes de FTTH e B2B. Em 31 de dezembro de 2020, a base da Companhia de clientes de serviços de

² Em 27/01/2021, como resultado da última revisão quinquenal prevista nos contratos de concessão, foi publicado o Decreto 10.610. PGMU V, substituindo as metas de acesso sem fio por ampliação das metas de backhaul.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

banda larga era de aproximadamente 4,5 milhões, uma redução de aproximadamente 3,4% em relação a 31 de dezembro de 2019. A base de clientes de serviço de banda larga era de 4,7 e 5,4 milhões de clientes nos últimos 2 exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Atualmente a Companhia está investindo em novos produtos de Fibra (FTTH) e encerrou o ano de 2020 com aproximadamente 9,1 milhões de casa passadas. Em 2020 este novo produto apresentou resultados satisfatórios, encerrando o exercício com aproximadamente 2,1 milhões de clientes conectados.

Os Diretores da Companhia acreditam que a as alterações na base de clientes seja o resultado de mudanças nas preferências dos consumidores que valorizam as velocidades de transmissão de dados disponíveis através dos serviços de banda larga. A competição no segmento de fibra é intensa, o avanço da Companhia tem ocorrido em localidades onde provedores regionais atuam (ISPs). A marca forte, atividade comercial vigorosa, a qualidade da rede e da velocidade oferecida tendem a acelerar a expansão da oferta e o *take-up* de fibra (FTTH) nos anos futuros.

Expansão de Serviços de Transmissão de Dados Móveis

Em 2020, demos prosseguimento aos investimentos necessários para melhoria dos serviços atendidos pela rede 4G, seja para aumento de capacidade, aumento na cobertura e ofertas competitivas, dando um foco maior no acesso via celular no pós-pago, onde crescemos a nossa base de clientes móveis. Com grande foco no aumento de receita e maior penetração de uso de dados pelos clientes pré-pagos, criamos ofertas para a aquisição, bem como desenvolvemos várias ações de rentabilização da base usuária de dados no pré-pago.

A Companhia vem ampliando os investimentos nas infraestruturas de redes para oferecer os serviços de 3G, 4G, 4,5G e *wi-fi*. Nós financiamos a compra e instalação de nossos equipamentos de rede por meio de empréstimos e financiamentos, inclusive financiamentos com nossos fornecedores.

De acordo com as licenças de radiofrequência de rádio 3G, a Companhia possuía até 2016, determinadas obrigações de expansão de serviço que requerem investimentos de capital, tais obrigações foram cumpridas. Já conforme suas licenças de radiofrequência de rádio 4G, a Companhia possuía até 2019, determinadas obrigações de expansão de serviço que requerem investimentos de capital, tais obrigações foram, em geral, atendidas pela Oi, estando ainda sujeitas à conclusão do processo de fiscalização pela ANATEL. Caso a Companhia não seja capaz de fazer frente a esses investimentos de capital utilizando seu fluxo de caixa operacional, poderá incorrer em endividamento adicional ou mesmo obrigações de financiamento de fornecedores, o que aumentaria seu endividamento total e despesas financeiras líquidas.

De modo a acelerar a implantação, foi também considerada uma configuração de compartilhamento de rádio (*Radio Access Network*), onde o acesso LTE eNode B compartilhada com outra operadora (quando em configuração em RAN SHARING).

Em 31 de dezembro de 2020, nossas redes de acesso móvel 2G, constituídas por 13.969 estações de rádio base ativas, que abrangem 3.499 municípios, ou aproximados 94% da população urbana do Brasil. Temos cobertura GPRS em 100% das localidades cobertas e cobertura EDGE em todas as capitais estaduais. Neste mesmo período nossas redes de acesso móvel 3G, constituídas por 10.338 estações rádio base ativas, cobriam 1.655 municípios, ou 82% da população urbana do Brasil. Temos cobertura HSPA em todas as capitais estaduais. Adicionalmente, em 2020, nossas redes de acesso 4G, constituídas por 12.839 estações rádio base ativas, abrangiam 1.035 municípios, ou 75% da população urbana do Brasil.

Além dessas redes de acesso móvel, a Companhia também possui *hotspots wi-fi*. Em 31 de dezembro de 2020, nossa rede *wi-fi* possuía mais de 650 mil de *hotspots*, com acesso de banda larga compatível com pontos de acesso fornecidos pela Fon Wireless Ltd., ou Fon, que permite aos nossos clientes acessar as linhas Fon em todo o mundo. Clientes que contratarem os planos compatíveis podem navegar na rede 4G da Oi, caso tenham aparelho e *chip* que permitam o uso da tecnologia. Os clientes podem conferir a área de cobertura da rede 4G da Oi no site.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Desta forma, conseguimos ampliar o portfólio de internet móvel e atender a todos os tipos de clientes do segmento móvel.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A seguir os Diretores comentam as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Preços, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores entendem que a Companhia sofre crescentes pressões para reduzir as taxas em resposta à concorrência de preços. Essa concorrência de preços geralmente tem a forma de pacotes promocionais especiais, inclusive, subsídios de aparelhos móveis, promoções de uso de tráfego e incentivos para ligações realizadas na própria rede do provedor de serviços de telefonia móvel. A concorrência, com planos de serviços e promoções, pode ocasionar um aumento nas despesas de mercado e custos de obtenção de clientes da Companhia, que poderiam afetar de maneira adversa seus resultados operacionais. A incapacidade da Companhia de concorrer de maneira eficaz com esses pacotes poderia resultar em perda de sua fatia de mercado, afetando de maneira adversa sua receita operacional e rentabilidade.

Este ambiente competitivo é altamente afetado por tendências-chave, destacando-se as seguintes:

- **Convergência tecnológica e de serviços:** a convergência tecnológica e de serviços possibilita que as operadoras de telecomunicações antes limitadas a oferecer apenas um único serviço possam oferecer um pacote de serviços. Este processo de convergência inclui o provimento de serviços de banda larga, televisão a cabo, telefonia móvel e os mais novos produtos de internet de alta velocidade por fibra individualizada para cada residência (FTTH).
- **Consolidação:** a consolidação do setor de telecomunicações ocorreu em toda a América Latina, incluindo o Brasil. A consolidação levou à formação de grandes conglomerados que se beneficiam tanto das economias de escala como da capacidade de realizar ações coordenadas em diferentes segmentos da indústria, conferindo-lhes vantagens competitivas em um ambiente que também é caracterizado pela convergência de mídia e serviços de telecomunicações.
- **Oferta de serviços convergentes:** as operadoras de serviços de telecomunicações intensificaram a oferta de pacotes convergentes que antes não eram capazes de oferecer independentemente.

Em resposta a essas pressões da concorrência, (1) a Companhia poderá passar a oferecer seus serviços a tarifas menores que os tetos estabelecidos pela ANATEL, e (2) periodicamente, poderá oferecer seus serviços com descontos promocionais ou serviços adicionais gratuitos juntamente com a compra de alguns de seus serviços. A Companhia registra os serviços por ela vendidos a tarifas inferiores às aquelas estabelecidas em seus planos ou às tarifas aprovadas pela ANATEL, e o valor dos serviços oferecidos com desconto ou gratuitamente como descontos e devoluções em suas demonstrações financeiras.

Inflação

As tarifas dos serviços de telecomunicações estão sujeitas a ampla regulamentação da ANATEL. As tarifas dos planos básicos de telefonia fixa local e de longa distância prestados pela Companhia, bem como interconexão com as suas redes de telefonia fixa e móvel, e serviços EILD com taxas de transmissão até 34 Mbps estão sujeitas a regulamentação da ANATEL. Precisamos obter a aprovação da ANATEL antes de oferecer novos planos de telefonia fixa. As tarifas estabelecidas (no caso dos planos básicos) ou aprovadas (no caso dos planos alternativos) pela ANATEL para os serviços de telefonia fixa prestados pela Companhia servem de teto para as tarifas por ela cobradas, estando a Companhia autorizada a oferecer descontos sobre elas. Após a determinação ou aprovação das tarifas pela ANATEL, o valor teto fica sujeito a um reajuste anual de acordo com a inflação, medida pelo índice IST. O valor teto dos planos básicos de telefonia fixa local e de longa distância nacional são reajustados pela inflação, medida pelo IST, menos o valor de ganhos de produtividade alcançados por nós. No ano de 2020, o índice de serviços de telecomunicações (IST) apurado foi de 9,31%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiroTaxa de câmbio

A Companhia mantém suas operações substancialmente no Brasil e as receitas operacionais da Companhia não são afetadas de forma relevante por alterações na taxa de câmbio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevanteComentário dos diretores sobre impactos da Inflação e da variação nos preços dos insumos e produtos no resultado operacional

Os diretores da Companhia entendem que no atual cenário de inflação controlada e dentro das metas estabelecidas Conselho Monetário Nacional (CMN) de 4,0% em 2020 e 3,75% em 2021 e 3,50% em 2021, os custos e despesas da Companhia tendem a sofrer menores pressões, assim como as margens operacionais e de liquidez. Ainda assim, a Companhia permanece envidando esforços no sentido de buscar iniciativas de redução de custos e de utilização dos seus recursos de forma otimizada.

A Companhia estabeleceu como uma das bases do seu plano operacional o foco em eficiência, digitalização, produtividade e redução dos custos. Como consequência da execução deste plano, em 2019 os custos de rotina das operações brasileiras foram reduzidos em 3,5% totalizando R\$15.439 milhões no ano, e em 2018 haviam sido reduzidos em 7,9% em relação a 2017. Considerando a redução acumulada de 11,1% e uma inflação acumulada de 8,0% nos últimos 2 anos, este desempenho significou uma redução real de quase 3,1% no Opex.

Comentários dos diretores sobre os impactos nas Taxas de câmbio e nas Taxas de juros no resultado financeiro

Substancialmente a grande maioria dos custos de serviços e despesas operacionais da Companhia são incorridos em reais no Brasil. Dessa maneira, não são esperados impactos significativos relacionados às alterações nas taxas de câmbio nas operações.

Em 31 de Dezembro de 2020, a dívida bruta consolidada da Oi S.A., era de R\$26.344 milhões, representando um aumento de 44,6% ou R\$8.117 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o valor da dívida bruta consolidada era de R\$18.227 milhões. O aumento no comparativo anual é resultado da provisão de juros em moeda nacional e estrangeira, da amortização do ajuste a valor presente (AVP), que contribuem para o crescimento da dívida, bem como da desvalorização do Real frente ao Dólar no ano.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Variação</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	4.227	2.662	(1.565)
Despesas financeiras	(17.730)	(8.772)	(8.958)

Receitas financeiras. A receita financeira apresentou elevação de 58,8% ou R\$1.565 milhões, para R\$4.227 milhões em 2020 em relação a R\$2.662 milhões em 2019. Esta variação reflete, principalmente os efeitos positivos da variação cambial sobre desconto de dívidas de terceiros (AVJ).

Despesas financeiras. As despesas financeiras tiveram um aumento de 102,1% ou R\$8.958 milhões, para R\$17.730 milhões em 2020. Este aumento é explicado por maiores despesas com juros sobre empréstimos com terceiros e juros sobre debêntures, somado a maiores despesas com variação monetária e cambial, decorrente da desvalorização do Real versus Dólar no ano em 28,9%.

Para maiores informações acerca do impacto da inflação, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, vide itens "4.1" e "4.2" deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores esclarecem que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Os diretores esclarecem ainda que os eventos que trarão impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia estão relacionados ao Plano de Recuperação Judicial (PRJ) que prevê processo de alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs) referentes aos negócios da operação de telefonia e dados no mercado de comunicação móvel ("UPI Ativos Móveis"), de infraestrutura passiva ("UPI Torres" e "UPI Data Center"), da operação de redes de telecomunicações ("UPI InfraCo") e do negócio de TV ("UPI TVCo").

Na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, os saldos de ativos e passivos relacionados a UPI Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCo, UPI Torres e UPI Data Center são apresentados no balanço patrimonial da Companhia como ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, devido aos seus valores contábeis serem recuperados, principalmente por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A Companhia considera que a venda desses ativos se configura como uma venda altamente provável, considerando a evolução do plano de alienação desses ativos. O grupo de ativos e de passivos das UPIs são demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas. Na demonstração de resultados de 2020 e 2019, as operações relacionadas a UPI Ativos Móveis, UPI InfraCo, UPI TVCo e UPI Data Center são classificadas como operações descontinuadas por representarem uma importante linha separada de negócios e as operações da UPI Torres por não representar uma linha separada de negócios, suas receitas e despesas são apresentadas pelo método de consolidação integral na demonstração do resultado.

Os diretores apresentam abaixo informações atualizadas sobre aditamento ao plano de recuperação judicial, bem como processo de alienação das UPIs.

Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial

O Aditamento ao PRJ aprovado pelos credores, visa permitir a viabilização da execução do plano de longo prazo, com o equacionamento necessário da dívida, e a continuidade das atividades do Grupo Oi. A estratégia do Grupo Oi tem como principal objetivo a transformação de seu modelo de negócio, com foco na utilização e rápida ampliação de sua extensa infraestrutura de fibra ótica como diferencial competitivo, incluindo suas redes de transporte ("backbone", "backhaul" e rede de dados), e redes de acesso primárias e secundárias ("links" dedicados, anéis metropolitanos e redes de acesso FTTH), viabilizando e suportando as necessidades de conexão em alta velocidade e provimento de serviços para seus clientes residenciais, empresariais, corporativos e de governo, bem como o provimento de serviços de infraestrutura para os demais provedores de serviços de telecomunicações do país, incluindo a viabilização de conexões para a nova tecnologia 5G.

A implementação dessa estratégia se dará com a continuidade do processo de alienação de ativos, possibilidade de participação em movimentos de consolidação. Com isso, busca-se tornar o modelo de negócios do Grupo Oi mais sustentável,

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

focado nas suas principais vantagens competitivas, estruturado de maneira eficiente e focada, e assegurar a continuidade do Grupo Oi e o consequente cumprimento dos meios de recuperação e pagamento de todos os créditos concursais.

O Aditamento ao PRJ prevê a segregação e venda de 5 (cinco) Unidades Produtivas Isoladas ("UPIs") distintas dos ativos, passivos e direitos associados (a) à operação em telefonia e dados no mercado de comunicação móvel ("UPI Ativos Móveis"); (b) à infraestrutura passiva ("UPI Torres" e "UPI Data Center"); (c) à operação de redes de telecomunicações ("UPI InfraCo"); e (d) ao negócio de TV ("UPI TVCo").

Informações detalhadas sobre a composição de cada UPI e os termos e condições aplicáveis à sua alienação, inclusive aquelas relativas à estrutura e ao preço mínimo, estão descritos no Aditamento ao PRJ disponibilizado, para fins de consulta, no endereço eletrônico www.recjud.com.br.

UPI InfraCo

A SPE InfraCo reunirá os ativos de infraestrutura e fibra relacionados às redes de acesso e transporte do Grupo Oi já aportados em seu capital, seja quando forem cedidos diretamente ou, ainda, quando forem cedidos como direito de uso na forma de IRUs (*Indefeasible Rights of Use*), bem como novos investimentos em infraestrutura que ainda serão realizados, tendo como objetivo a aceleração dos investimentos na expansão das suas redes de fibra ótica, a partir de uma estrutura de capital mais flexível e eficiente e maior possibilidade de captação e utilização de novos recursos. A SPE InfraCo vem buscando no mercado os recursos necessários para o financiamento de seus investimentos, de forma a expandir as atividades do Grupo Oi em fibra ótica e atender a um maior número de clientes de todos os segmentos em todo o país.

O Aditamento ao PRJ previu a manutenção pela Oi de participação relevante no capital social da SPE InfraCo, com medidas que garantam sua participação ativa na criação e expansão de uma empresa líder nacional em infraestrutura em fibra ótica. A exemplo do que já ocorreu em outros países, a criação da SPE InfraCo seguiu uma lógica de separação estrutural entre a empresa de serviços e a empresa de infraestrutura, com o objetivo de maximizar o valor dos negócios, através de maior eficiência e inovação, com estratégias claras focadas na experiência do cliente e inovação de produtos e serviços de um lado, e na massificação de infraestrutura de fibra e otimização de sua operação técnica do outro.

A UPI InfraCo é composta por 100% das ações de emissão da SPE que passou a reunir os ativos, passivos e direitos relacionados às atividades de fibra ótica e infraestrutura descritos no Anexo 5.3.4 do Aditamento ao PRJ. O Aditamento ao PRJ prevê em sua Cláusula 5.3.9.4 a alienação parcial da UPI InfraCo por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para a alienação da maioria das ações votantes de emissão da SPE InfraCo, representativas do seu controle societário. Tal procedimento competitivo deve assegurar à Companhia um pagamento mínimo de R\$ 6,5 bilhões, além da garantia, por parte do adquirente, que haverá recursos necessários para o pagamento de eventuais dívidas remanescentes da SPE InfraCo, incluindo o pagamento integral da Dívida InfraCo prevista na Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ e do cumprimento do seu plano de investimentos, conforme determinados parâmetros a serem estabelecidos no respectivo Edital UPI InfraCo. No fechamento da alienação parcial da UPI InfraCo, será assegurada ao adquirente uma participação equivalente a 51,0% do capital votante, e não superior a 51,0% do capital total da SPE InfraCo, sendo reservado às Recuperandas o direito de, a seu exclusivo critério, determinar a divisão do capital social da SPE InfraCo em ações ordinárias e preferenciais da InfraCo na alienação, observados os limites previstos em lei,

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

garantindo dessa maneira à Companhia a manutenção de participação econômica relevante na SPE InfraCo, que poderá, eventualmente, responder por obrigações das Recuperandas junto a credores do PRJ.

Em função de ampla demanda pelo ativo na fase preliminar do processo de prospecção conduzido por assessor financeiro, o valor de firma (EV) mínimo da SPE InfraCo (em 31/12/2021) a ser considerado nas propostas será de R\$ 20 bilhões, dentro do intervalo anterior de referência de 25,5% a 51% do valor econômico, com vistas a garantir uma disputa concorrencial ativa entre os diversos interessados pelo controle da InfraCo (51% do capital social votante da SPE InfraCo) até o leilão. Os interessados também devem assumir compromisso de pagamento de uma parcela secundária do preço de aquisição no montante mínimo de R\$ 6,5 bilhões e de uma parcela primária do preço de aquisição no montante de até R\$ 5 bilhões, para garantir o pagamento de eventuais dívidas remanescentes da SPE InfraCo, incluindo o pagamento da Dívida InfraCo prevista na Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ, e a execução do plano de investimentos planejado, em contrapartida ao recebimento de novas ações ordinárias de emissão da SPE InfraCo, ao preço por ação pago na alienação parcial da UPI InfraCo, ajustado na forma prevista no Aditamento ao PRJ.

O Grupo Oi poderá, até a data da publicação do Edital UPI InfraCo, aceitar a proposta vinculante com o maior valor de firma (EV) atribuído à SPE InfraCo para aquisição parcial da UPI InfraCo, observadas as condições previstas no Aditamento ao PRJ, comprometendo-se a assegurar a tal proponente o direito de, a seu exclusivo critério, cobrir a oferta de maior valor por ação de emissão da SPE InfraCo acima do montante por ele proposto em sua proposta vinculante ("*Right to Top*"), desde que apresente oferta por valor superior em, no mínimo, 1% do preço por ação de emissão da SPE InfraCo estipulado na melhor proposta apresentada durante o procedimento competitivo para alienação parcial da UPI InfraCo. O Aditamento ao PRJ prevê também mecanismos de avaliação das propostas vinculantes para aquisição parcial da UPI InfraCo que levem em consideração não apenas o valor por ação ofertado e preço mínimo do valor de firma (EV) da SPE InfraCo, mas também a possibilidade de avaliação de melhores condições para a determinação da melhor proposta a ser considerada como proposta preferencial para a realização do processo judicial competitivo.

Em 12 de abril de 2021, a Companhia aceitou proposta vinculante apresentada conjuntamente por Globenet Cabos Submarinos S.A., BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e outros fundos de investimento geridos ou controlados por sociedades integrantes do Grupo BTG. Sem prejuízo dos demais termos e condições ali previstos, a proposta vinculante, nos termos da Cláusula 5.3.9.4 do Aditamento ao JRP, prevê o valor firme (EV) da SPC InfraCo de R\$ 20.020.000.000,00 (vinte bilhões e vinte milhões Reais) em 31 de dezembro de 2021, considerando uma dívida líquida de R\$ 4.107.353.598,59 (quatro bilhões, cento e sete milhões, trezentos e cinquenta e três mil e quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos), como previsto na Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao JRP, integralmente devido à Companhia e a ser pago no prazo de 90 (noventa) dias a partir do fechamento da operação.

Para mais detalhes sobre a proposta vinculante, vide item "6.3" deste Formulário de Referência.

No dia 18 de fevereiro de 2021, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada BrT Multimídia (definida no Aditamento ao PRJ como a "SPE InfraCo") celebrou escritura de emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500.000.000,00 ("Debêntures InfraCo" e "Emissão InfraCo", respectivamente).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A Emissão InfraCo e as Debêntures Infraco têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures InfraCo previstas na respectiva Escritura de Debêntures, conforme aditada ("Escritura de Emissão Infraco"); (ii) Remuneração: valor nominal unitário atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mais juros remuneratórios de 11% ao ano; (iii) Garantias: as Debêntures InfraCo contarão com garantias reais e fidejussórias prestadas pela SPE InfraCo; (iv) Conversão: serão conversíveis em ações preferenciais resgatáveis, representativas da maioria das ações com direito a voto da SPE InfraCo; e (v) Prazo de Subscrição e Integralização das Debêntures Infraco: até o dia 27 de maio de 2021, conforme acordado entre as partes.

A Emissão InfraCo foi aprovada com fundamento no que prevê a Seção 5 do Aditamento ao PRJ. Como previsto no Aditamento ao PRJ e na Escritura da Emissão InfraCo, a Oi, através da sua subsidiária Oi Móvel, será titular de uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais de titularidade dos Debenturistas em decorrência da Conversão. Alternativamente e a exclusivo critério da Oi e da sua subsidiária Oi Móvel, a SPE InfraCo poderá resgatar a totalidade das ações preferenciais de titularidade dos Debenturistas em decorrência da Conversão.

No dia 26 de maio de 2021, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado informando a conclusão da subscrição e integralização das Debêntures Infraco no valor total de R\$ 2.500.000.000,00.

UPI Ativos Móveis

O Aditamento ao PRJ previu a alienação da UPI Ativos Móveis por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE Móvel, com o pagamento do preço de, no mínimo, R\$ 15,7 bilhões em dinheiro.

Em 10 de novembro de 2020, foi publicado o Edital ("Edital UPI Ativos Móveis") apresentado pelas Recuperandas para venda da UPI Ativos Móveis, que será composta por 100% das ações de emissão da Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. e Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., para cujo capital social a Oi Móvel contribuirá, por meio de uma ou mais operações societárias, os Ativos, Passivos e Direitos UPI Ativos Móveis descritos no Anexo 5.3.1 do Aditamento ao PRJ e no Edital UPI Ativos Móveis.

Em 14 de dezembro de 2020, foi realizada a audiência para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, na forma e nos termos previstos no Aditamento ao PRJ e no Edital UPI Ativos Móveis. Durante a referida audiência, verificou-se a existência de apenas uma proposta para aquisição da UPI Ativos Móveis, a qual foi apresentada, em conjunto, por Telefônica Brasil S.A., TIM S.A. e Claro S.A. (as "Proponentes") nos exatos termos e condições da proposta vinculante para aquisição da UPI Ativos Móveis apresentada pelas Proponentes, no valor de R\$ 16,5 bilhões, dos quais R\$ 756 milhões referem-se a serviços de transição a serem prestados por até 12 meses pela Oi às Proponentes, acrescido do compromisso de celebração de contratos de longo prazo de prestação de serviços de capacidade de transmissão junto à Oi, na modalidade "take or pay", cujo valor presente líquido (VPL), calculado para fins e na forma prevista no Aditamento ao PRJ, é de R\$ 819 milhões, valores que serão pagos em dinheiro, observados os termos e condições previstos na respectiva proposta

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

vinculante e no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações constante do Anexo 5.3.9.1 do Aditamento ao PRJ.

Em razão da apresentação da única proposta fechada para aquisição da UPI Ativos Móveis, o Juízo da Recuperação Judicial homologou a proposta das Proponentes como vencedora do procedimento competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, após as manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial.

Conforme previsto no Edital UPI Ativos Móveis, foi celebrado com as Proponentes, em 28 de janeiro de 2021, o respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, ficando a efetiva conclusão da transferência das ações de emissão da SPE Móvel sujeita ao cumprimento das condições previstas em tal contrato, dentre as quais, a anuência prévia da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e a aprovação da compra e venda das ações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

UPI Torres

Em novembro/20, foi divulgado o resultado do processo competitivo de alienação da UPI Torres com proposta apresentada pela Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. ("Highline"), no valor de **R\$ 1.067 milhões** a ser pago em dinheiro, observados os termos e condições previstos na respectiva proposta vinculante e no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações constante do Anexo 5.3.9.2 do Aditamento ao PRJ.

Em dezembro/20, foi celebrado junto à Highline o Contrato de Compra e Venda de Ações Através de UPI e Outras Avenças ("Contrato"), tendo por objeto a venda da UPI Torres à Highline, sendo que a efetiva conclusão da operação, com a transferência das ações de emissão da SPE Torres para a Highline, estava sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais para operações dessa natureza, conforme previstas no Contrato.

Em 30 de março de 2021, após o cumprimento de todas as obrigações contratuais precedentes, foi concluída a alienação da UPI Torres à Highline, ocorrendo a transferência da totalidade das ações de emissão da SPE Torres para a Highline, a qual, por sua vez, realizou pagamento de parcela à vista, devendo o saldo remanescente ser pago após apurações e ajustes usuais a este tipo de operação, nos termos do Contrato e do Aditamento ao PRJ.

A conclusão da operação representou a implementação de mais uma etapa do PRJ e do Plano Estratégico das Empresas Oi, visando assegurar à Companhia maior flexibilidade e eficiência financeiras e sustentabilidade de longo prazo, com o seu reposicionamento no mercado e sua conversão na maior provedora de infraestrutura de telecomunicações do país, a partir da massificação da fibra ótica e internet de alta velocidade, do provimento de soluções para empresas e da preparação para a evolução para o 5G, voltada para negócios de maior valor agregado e com tendência de crescimento e visão de futuro.

UPI Data Center

A Companhia, a Telemar e a Oi Móvel celebraram, em 11 de dezembro de 2020, junto à Titan, Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI Data Center pelo montante total de **R\$325 milhões**, os quais serão pagos, após o cumprimento de determinadas condições precedentes, da seguinte forma: (i) uma parcela à vista em

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

dinheiro no montante de R\$ 250 milhões; e (ii) R\$ 75 milhões, em parcelas a serem pagas na forma e prazo previstos no Contrato.

Em 12 de março de 2021, foi efetivada a alienação da UPI Data Center à Titan, ocorrendo a transferência da totalidade das ações de emissão da SPE Data Center para a Titan, a qual, por sua vez, realizou o pagamento da parcela à vista, devendo o valor remanescente ser pago em parcelas, na forma e no prazo previstos no Contrato.

UPI TVCo

A UPI TVCo reunirá os ativos, passivos e direitos relacionados ao negócio de TV por assinatura, descritos no Anexo 5.3.5 do Aditamento ao PRJ, e prevê a alienação da UPI TVCo por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações de emissão da SPE TVCo, sendo certo que a aquisição da UPI TVCo envolverá (i) o pagamento, em uma única parcela em dinheiro, de um valor mínimo de R\$ 20 milhões, bem como (ii) a obrigação do respectivo adquirente de compartilhar com as Recuperandas e/ou suas coligadas 50% da receita líquida do serviço de IPTV a ser oferecido aos seus clientes através da rede FTTH, nos termos e condições a serem previstos no Edital do procedimento competitivo de alienação da UPI TVCo.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores esclarecem que não ocorreram constituição ou aquisição de participação societária relevante nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

As alienações relevantes de participação societária, bem como os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo.

Alienação da Cabo Verde Telecom, S.A. ("CVT")

Em maio de 2019, a investida da Companhia PT Ventures SGPS, S.A. ("PT Ventures"), controlada pela Africatel, alienou e transferiu a totalidade das ações de que era titular na CVT, representativas de 40% do capital social desta, para o Instituto Nacional de Previdência Social e a empresa pública ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., ambos de Cabo Verde, pelo valor total de US\$26,3 milhões, na forma do disposto nas cláusulas 3.1.3 e 5.1 do Plano de Recuperação Judicial. A referida alienação gerou um ganho reconhecido no resultado de R\$67 milhões.

Alienação da participação societária detida na PT Ventures e indiretamente na Unitel e Multitel

Em 24 de janeiro de 2020, após as devidas aprovações pelo Conselho de Administração da Companhia, pelos órgãos societários competentes da Africatel e pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Africatel alienou e transferiu a integralidade das ações de emissão da PT Ventures à sociedade angolana Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública – Sonangol E.P., conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

A PT Ventures era titular, na data da transação, das participações sociais detidas nas companhias angolanas Unitel S.A. (25%) e Multitel – Serviços de Telecomunicações Lda. (40%), bem como de direitos de crédito de dividendos declarados pela Unitel.

O valor total da transação foi de US\$1 bilhão, dos quais: (i) US\$699,1 milhões foram pagos à Africatel pela Sonangol no dia 24 de janeiro de 2020; (ii) US\$60,9 milhões

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

foram pagos à Africatel antes da transferência das ações da PT Ventures; e (iii) US\$240 milhões foram pagos pela Sonangol à Africatel entre fevereiro e julho de 2020 (totalizando um caixa recebido em reais de aproximadamente R\$4.132 milhões em 2020). A referida alienação gerou um ganho reconhecido no resultado de R\$79 milhões.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, que pudessem causar impactos ou venham a causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os diretores da Companhia informam que para as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não ocorreram alterações nas práticas contábeis relevantes, exceto pela aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos com aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019, IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente com aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2018, com efeitos na apresentação demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e detalhado no item (b.) a seguir.

Os diretores da Companhia informam ainda que na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, a Companhia reapresentou os saldos comparativos da demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado e correspondentes notas explicativas, em consonância com o IFRS 5 / CPC 31, que requer que a entidade reclassifique as divulgações que se relacionem com as operações que tenham sido descontinuadas à data do balanço do último período apresentado. Os diretores esclarecem que os efeitos das reclassificações não alteram o patrimônio líquido da Companhia. Os efeitos das referidas reclassificações são demonstrados na Nota Explicativa 31 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores da Companhia apresentam abaixo informações relativas aos efeitos significativos das alterações nas práticas contábeis que impactaram as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na norma IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfasesTransição

A Companhia adotou a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optou por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4 e excluiu contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares e excluir custos diretos iniciais na mensuração do direito de uso.

Isenções

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Impactos

Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de torres, imóveis, lojas, veículos e sites (espaço físico).

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no balanço. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, uma estimativa de quaisquer custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data de início do arrendamento (líquidos de quaisquer incentivos recebidos), calculado a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos do direito de uso em bases lineares a partir da data de início do arrendamento ao término do prazo do arrendamento. A Companhia também avalia a perda por recuperabilidade ("impairment") quando tais indicadores existem.

Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente das contraprestações, descontados usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos, pagamentos variáveis baseados em um índice ou taxa.

Após a mensuração inicial, o passivo será reduzido pelos pagamentos efetuados e acrescidos pelos juros incorridos. Caso necessário, o passivo é recalculado para refletir qualquer reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças nos pagamentos fixos em substância.

Quando ocorre modificação contratual substancial, o passivo de arrendamento é remensurado, e o ajuste correspondente é refletido no ativo de direito de uso, ou no resultado, se o ativo de direito de uso já estiver reduzido a zero.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos, para contratos de curto prazo e de baixo valor. Desta forma, ao invés de reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, estes são reconhecidos como uma despesa no resultado, ao longo do prazo do arrendamento.

Para qualquer novo contrato firmado após 1 de janeiro de 2019, a Companhia avaliou individualmente se o contrato contém arrendamento. Um arrendamento é definido como "um

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de uma contraprestação ”.

Para aplicar esta definição, a Companhia avaliou se o contrato atende a três características principais:

- O contrato contém um ativo identificado, que é explicitamente identificado no contrato ou implicitamente especificado ao ser identificado no momento em que o ativo é disponibilizado para a Companhia;
- A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; e
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o período de uso e tem o direito de direcionar "como e com que finalidade" o ativo é usado durante todo o período de uso.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2019, um ativo de direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento à pagar, no montante de R\$8,2 bilhões. Em 31 de dezembro de 2019 os montantes reconhecidos para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento à pagar são R\$7,9 bilhões e R\$8,2 bilhões, respectivamente.

A Companhia adotou as IFRS 16, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados, consolidados em milhares de reais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

Aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2018

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Os diretores esclarecem que a nova norma estabelece: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros, passando os ativos financeiros a serem classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (iii) e maior flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de “*hedge*”, mais alinhada com as políticas de administração de risco.

A Companhia avaliou que não há mudança substancial na classificação/mensuração de seus ativos financeiros que impacte o patrimônio líquido.

No que se refere ao novo modelo de perda esperada de crédito para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um acréscimo ao valor da provisão para perdas esperadas de créditos de clientes em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$373 milhões.

Em 1 de janeiro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui relações de cobertura de “*hedge*” para avaliação da aplicação da norma, mas aplicará os novos termos quando da contratação de novos instrumentos de “*hedge*”.

“IFRS 15” – CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

Os diretores esclarecem que a nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfasesReceita de taxa de habilitação/instalação do serviço

A taxa de habilitação/instalação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato é não restituível e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins de atendimento ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da referida prestação do serviço, deve ser diferida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que geraram o diferimento de receita de taxa de habilitação/instalação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R\$138 milhões.

Registro de custos incorridos no cumprimento do contrato

A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar e deve reconhecer perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia deve ativar certos custos que atualmente são registrados diretamente no resultado e reconhecê-los ao resultado em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens e serviços ao qual o ativo se refere.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$793 milhões que geraram o diferimento dos custos incorridos no cumprimento dos contratos reconhecidos ao resultado com base no prazo de transferência ao cliente dos bens e serviços ("churn").

Venda de aparelhos celulares com desconto

A Companhia oferece aos seus clientes, que estão em determinado pacote de serviços ou ainda em determinados contratos de mobilidade aparelhos com desconto. Como o equipamento (aparelho celular) não é condição essencial para prestação do serviço e não há qualquer customização por parte da Companhia para oferecer o serviço através de determinado aparelho, a Companhia considera tal venda como uma obrigação de desempenho distinta. De acordo com o IFRS 15 é devido realizar a alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos e no contrato de mobilidade e a receita de aparelhos deve aumentar pelo reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviço devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e tampouco no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia não identificou impacto financeiro significativo para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser materialmente relevante no universo das receitas da Companhia.

Efeitos da adoção inicial do IFRS 15 e IFRS 9

A Companhia adotou as IFRS 15 e 9, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Os diretores da Companhia apresentam abaixo as informações relevantes incluídas no parecer dos auditores relativos às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Os diretores esclarecem que, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, na seção sobre continuidade das operações, a Companhia informa que as demonstrações financeiras, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram entre outros aspectos, o cumprimento dos requerimentos previstos no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), e que tal continuidade foi reforçada com aprovação do aditamento ao PRJ, que inclui a conclusão do processo de alienação das Unidades Produtivas Isoladas (UPIs) referentes aos negócios da operação de telefonia e dados no mercado de comunicação móvel (“UPI Ativos Móveis”), de infraestrutura passiva (“UPI Torres” e “UPI Data Center”), da operação de redes de telecomunicações (“UPI InfraCo”) e do negócio de TV (“UPI TVCo”). Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, entretanto a conclusão dos auditores não foi modificada em relação a esse assunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Os diretores esclarecem que, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 (a) das demonstrações financeiras, referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foi reapresentada em decorrência da reclassificação realizada pela Companhia no montante de R\$512.132 mil para corrigir a apresentação da operação continuada e descontinuada nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, entretanto não há alteração no patrimônio líquido da Companhia e a opinião dos auditores não foi modificada em relação a esse assunto.

Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Os diretores da Companhia apresentam abaixo informação relevante incluída no parecer dos auditores relativos às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Os diretores esclarecem que, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1 das demonstrações financeiras, na seção sobre continuidade das operações, a Companhia informa que as demonstrações financeiras, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram, entre outros aspectos o cumprimento dos requerimentos previstos no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), o sucesso na implementação do plano estratégico e o atendimento de cláusulas restritivas de empréstimos e financiamentos (*covenants*). Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, entretanto a opinião dos auditores não foi modificada em relação a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

Os diretores da Companhia apresentam abaixo informação relevante incluída no parecer dos auditores relativos às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Os diretores esclarecem que, conforme apresentado na Nota Explicativa nº1 das demonstrações financeiras, na seção sobre continuidade das operações, a Companhia informa que as demonstrações financeiras, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"). Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, entretanto a opinião dos auditores não foi modificada em relação a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia esclarecem que as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS – “International Financial Reporting Standards” emitidas pelo IASB – “International Accounting Standards Board” e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2020, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 18.

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. Os diretores da Companhia entendem que as estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Perdas esperadas em contas a receber de clientes

O reconhecimento de perdas esperadas em contas a receber de clientes leva em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes, bem como, o risco de crédito de forma individual e coletiva. A estimativa de perda esperada em contas a receber de clientes é reconhecida em um montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses recebíveis, com base em taxas históricas de inadimplência e em informações prospectivas, como projeções de condições futuras que impactam as cobranças.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas.

Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 16 e 17, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável por UGC, a Companhia definiu o valor justo líquido de despesas de venda para as UGC cujas propostas vinculantes foram recebidas e para demais UGC o valor em uso dos ativos.

Ao mensurar o valor em uso, a Companhia atualizou as projeções de fluxos de caixa utilizadas na apuração do valor em uso dos ativos de longa duração (ativo imobilizado e intangível) para fins de avaliar potenciais indícios de redução ao valor recuperável destes ativos, considerando, inclusive, eventuais impactos causados pela Covid-19 (Nota 32 (d)). A atualização das referidas projeções considerou dentre outros aspectos: (i) atualização das premissas e critérios utilizados nas projeções dos fluxos de caixa futuros; (ii) atualização e normalização do WACC utilizado nos cálculos de apuração do valor em uso para refletir o contexto econômico atual; (iii) definição de cenários de sensibilidade para avaliar eventuais impactos.

Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, e estão consistentes com os anos anteriores. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 9,34% (2019 - 10,94%).

De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36, uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade.

Em 2020, como resultado do teste de recuperabilidade dos ativos, a Companhia reconheceu uma reversão de perdas com imparidade, reconhecidas anteriormente, relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida da UGC de Ativos de operações continuadas, devido a evolução nos cenários e indicadores financeiros considerados nos fluxos de caixa do aditamento ao PRJ, e reconheceu uma perda com imparidade da UGC TV. A perda ao valor recuperável, reconhecida em 2019, considerando as projeções de fluxos de caixa à época, foi integralmente alocada à mais valia de licenças regulatórias (Notas 5 e 17).

Arrendamentos

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Valor justo de passivos financeiros

As premissas sobre taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor justo de nossos passivos financeiros estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e o desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor justo dos passivos financeiros pode ter um efeito material sobre o valor justo estimado desses passivos financeiros e os valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, bem como os valores registrados no resultado.

Provisões

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 / IAS 37, provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 23.

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 / IAS 12, a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Não aplicável, visto que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, visto que não existem outros ativos e passivos detidos pela Companhia não apresentados nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A seguir os Diretores da Companhia apresentam a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os Diretores da Companhia acreditam que investimentos são importantes para atender a demanda projetada, aumentando a eficiência operacional. Para que esses efeitos ocorram de forma organizada viabilizando o crescimento sustentável na Companhia, por meio da prestação de serviços em rede fixa e móvel, que inclui (i) os serviços de voz e de dados, contando com equipamentos instalados em pontos de presença distribuídos, (ii) centrais telefônicas, (iii) equipamentos de comunicação de dados, (iv) sistemas de gerência de redes e serviços e (v) uma rede capilarizada de linhas de acesso que conecta os clientes a estes pontos de atendimentos, interligadas por equipamentos de transmissão de longa distância. Os projetos mais relevantes por técnicas são descritos abaixo:

Rede de Dados

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a rede de dados incluem as seguintes atividades:

- Aquisição e expansão de equipamentos de comunicação de dados de forma a suportar o crescimento anual do tráfego IP da ordem de 35% e dos serviços fixos e móveis 3G e 4G, além de corporativos e residenciais;
- Implantação de soluções customizadas, produtos de portfólio e acessos (*last mile*) para clientes, incluindo opticalização de acessos e/ou características relacionados ao nível de serviço (SLA, *Service Level Agreement*);
- Aumento de capilaridade das conexões em 100Gbps, para garantir maior fluidez do tráfego IP, potencializar o acesso a provedores de conteúdo e consequentemente garantir melhor experiência de navegação na Internet;
- Modernização do parque de equipamentos da rede por motivo de obsolescência e capacidade para suportar a demanda de crescimento prevista.

Rede de Voz

Os Diretores da Companhia informam que a rede comutada da Oi enfrenta o desafio de evoluir de modo a oferecer novos serviços de valor agregado aos seus clientes e, desta forma vem realizando a substituição gradativa de sua planta legada, utilizando principalmente novas tecnologias baseadas no conceito de NGN (*Next Generation Networks*) e IMS (*IP Multimedia Systems*).

A Companhia tem atuado pontualmente no sentido de promover a remoção e substituição de centrais legadas, ao mesmo tempo em que está investindo na ampliação de solução NGN e IMS para atender

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

novas demandas de clientes, substituição do legado e do tráfego de longa distância (nacional e internacional) utilizando VoIP.

Como resultado direto dessa estratégia, a Companhia vem migrando os serviços de voz fixo para o acesso fibra/IP utilizando o núcleo IP *Multimedia Systems* - IMS, uma plataforma de serviços de protocolo de Internet (IP) que possibilita a convergência dos serviços de voz, dados e vídeo, o que representa a parte central da nossa oferta de Triple Play. O núcleo IMS não só irá fornecer controle para o recurso de VoIP, mas também a integração de controle de acesso e autenticação para todos os três serviços além de possibilitar o avanço na convergência fixo móvel.

A Companhia também está focada na transformação das soluções corporativas de voz focadas em ambiente IP, evoluindo os tradicionais serviços legados para produtos baseados em tecnologia SIP, como SIP *Trunking*, desta forma buscando também convergência dos produtos voltados ao B2B para ambiente em *cloud*.

Redes de Transporte

A expansão das redes de transporte visa garantir a capacidade de escoamento e alta resiliência necessários para o plano de expansão dos serviços, crescimento de tráfego de voz e IP e melhor experiência dos clientes. Destacam-se os projetos: (i) Expansão *backbone* nacional e estaduais; (ii) Otimização da rede satélite, (iii) Preparação para tráfego de clientes 100Gbps em todas as camadas e implementação das redes metropolitanas para suportar o tráfego 4,5 e 5G; (iv) Projetos de proteção / otimização de rotas; e (v) crescimento dos agregadores IP para o interior do país, permitindo o acesso do conteúdo mais próximo do cliente.

A camada óptica totalmente a 100Gbps está sendo expandida a fim de proporcionar uma utilização mais eficiente da capacidade.

Também seguimos ampliando nossa cobertura óptica em dezenas de municípios, tanto para aumento de disponibilidade e resiliência, quanto para oferta de serviços”.

Gerência de Redes

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a Gerência de Redes estão distribuídos sobre as seguintes atividades:

Desenvolver atividades de planejamento e projetos de Sistemas de Suporte a Operação (OSS) que atendem as redes fixa, móvel e dados, com o objetivo contínuo de melhoria do gerenciamento e performance das redes com redução de tempo de identificação de falhas e causa raiz, diminuindo o SLA de reparo e acionamentos indevidos;

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Desenvolver projetos de integração de novos equipamentos, redes e sistemas aos atuais OSS da companhia em todas as suas camadas (supervisão e monitoração de falhas e desempenho, provisionamento, autenticação, etc.);

Atualização das plataformas de gerência do CGR (Centro de Gerenciamento de Rede) para suportar novas versões e ao *forecast* de crescimento de elementos de redes e usuários, em especial do FTTH, novas versões e maior número de elementos de redes e usuários, através do acompanhamento da capacidade, desempenho, versões e estabilidade das plataformas de OSS existentes, com redução de infraestrutura e simplificação da manutenção preventiva e proativa de forma a garantir a possibilidade de expansões, bem como alta disponibilidade dos serviços.

Consolidar um ambiente totalmente integrado entre os Sistemas (OSS/BSS), para oferta plena de serviços e atendimento digital para seus clientes bem como para otimização do tratamento operacional interno da companhia.

Rede de acesso

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos relacionados a rede de acesso se distribuem em:

- Abordar os prédios recém construídos com redes FTTH;
- Promover a evolução tecnológica da rede existente visando atender os requisitos mercadológicos para a banda larga fixa;
- Projetos de melhoria e redundância em cabos, incluindo a construção de rotas e cabos redundantes de fibra óptica para rotas lineares ou para fechamento de anéis; e
- Expansão da rede óptica existente (FTTH) visando à melhoria dos indicadores operacionais em regiões onde a rede metálica é muito degradada;
- Migração dos clientes da rede de cobre para rede FTTH buscando oferta de banda larga de mais alta velocidade.
- Desenvolvimento de soluções no ambiente do cliente com foco na melhoria da experiência do cliente.

Na rede de acesso, destaca-se o projeto de implantação de fibra até a casa dos clientes (FTTH) para apoiar a nossa oferta de serviços Triple Play, melhorar a qualidade dos serviços e reduzir os custos de manutenção da rede externa realizadas até então em cobre. A tecnologia de distribuição de rede de acesso óptica escolhida é baseada em redes GPON (evoluindo para XGS.PON) sendo projetada para suportar IPTV e serviços de vídeo de alta definição, VoIP e Internet de alta velocidade.

Para evolução da capacidade de rede temos projeto em andamento para elevar a oferta de banda larga FTTH em até 1GBps, além da evolução das soluções GPON para XGSPON com aumento da capacidade de rede atual de 2,5GBps para 10GBps.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Rede Móvel

Decorrente do atendimento às obrigações 4G LTE junto a ANATEL para 2017, a Companhia implantou novas Estações 4G em 2600 MHz ou 1800 MHz, que atenderam novos municípios nas regiões I, II e III, considerando o serviço de dados, além de novos sites 3G que possibilitaram a chamada de voz nestes municípios.

Investimentos de Capacidade de cobertura

Desde 2018 os investimentos da Oi estão com foco no aumento da cobertura de dados com base no refarming de 1800 MHz em regiões de acordo com as prioridades de mercado buscando sinergia nas redes fixo-móvel. A estratégia da Oi também considera modernização de equipamentos de forma a estar preparada para evolução tecnológica com novo hardware 5G *ready*.

As atividades nas redes 4G, 3G e 2G são associadas ao plano estratégico da Oi, que considera a padronização e a equalização dos fornecedores, buscando sinergia / evolução tecnológica com tecnologias integradas (SINGLE RAN). Sempre seguindo a expansão da cobertura 4G 1800 MHz, de acordo com as prioridades do mercado, os equipamentos 2G e 3G são modernizando, integrando tecnologias 4G / 3G / 2G em plataformas únicas de hardware.

Dentre os projetos relevantes, a Companhia destaca-se o aumento de capacidade da Rede Móvel com o avanço no projeto de readequação do seu espectro de 1.800MHz para oferecer funcionalidades da tecnologia 4.5G. Em 2018, a Oi ofereceu cobertura 4G em 902 municípios do país, sendo em 25 deles 4.5G.

Em 2020, alcançamos a marca de 1035 municípios com cobertura 4G, sendo em 87 deles 4.5G. Estes projetos, associado aos investimentos que a Oi vem fazendo em sua rede de transporte e a sua grande capilaridade de fibra no país, trarão uma melhoria contínua na experiência de uso de dados.

Adicionalmente, a Companhia prossegue com a expansão de sua Rede 4G LTE visando o cumprimento dos compromissos de cobertura estabelecidos pelo órgão regulador, além de ativação de funcionalidades com o objetivo de melhoria da percepção do usuário.

Acordos de Compartilhamento de Infraestrutura Móvel – RAN *Sharing*

A Oi mantém em seus contratos a possibilidade de implantação em configuração de RAN *Sharing*, onde existe uma configuração de compartilhamento de rádio, (*Radio Access Network*) pela Oi e Operadoras, onde o acesso LTE eNode B e sua rede de transmissão são compartilhados com TIM e Vivo, dividindo assim os custos de cobertura. Esta técnica é pioneira nas Américas e tem-se demonstrado muito eficiente em aumentar a cobertura com custos de expansão menores.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Este modelo de negócio começou em novembro de 2012, onde Oi celebrou um memorando de entendimento com a TIM com o uso conjunto de elementos de nossa rede 4G sob um modelo de RAN *Sharing* em 2600 MHz segundo o qual investiríamos em infraestrutura em determinadas cidades, enquanto a TIM investiria em infraestrutura em outras cidades. No final de 2013, nós e a TIM estendemos este memorando celebramos o Acordo de RAN *Sharing* de 2013, cuja vigência é de 15 anos. Nos termos iniciais do Acordo RAN *Sharing* de 2013, oferecemos a tecnologia 4G para mais de 80% das áreas urbanas em todas as capitais e cidades brasileiras com mais de 500.000 habitantes. Em 2017, expandimos para cidades com menos de 100.000 habitantes, atingindo 813 cidades com cobertura 4G. Em 2018 expandimos o contrato de RAN *Sharing* de 2013, para incluir frequências de 1800 MHz, possibilitando a Oi utilizar a rede TIM para expansão de cobertura. Este acordo assim possibilitou em 2019 a expansão de cobertura em 30 novos municípios na tecnologia LTE 1800 MHz, com a Oi utilizando a rede TIM em cenários de configuração de RAN *SHARING*.

Em junho de 2015, celebramos outro memorando de entendimento com o uso conjunto de elementos da rede 4G segundo um modelo de RAN *Sharing* no qual a Oi, TIM e Telefônica Brasil concordaram em investir proporcionalmente (50% da Telefônica Brasil, 25% Oi e 25% TIM) em sites em determinadas cidades com base nas respectivas obrigações de cobertura 2600 MHz de cada operadora. Acordo ao qual nos referimos como o Contrato de RAN *Sharing* de 2015, com vigência de 12 anos. Este acordo abrangeu 427 cidades em 2017 e não existiram acordos em 2018 e 2019.

(a) (ii) fontes de financiamento dos investimentos

Abaixo, os Diretores da Companhia apresentam as fontes de financiamento dos investimentos:

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia e suas controladas historicamente utilizam como fonte de financiamento dos investimentos de capital empréstimos de curto e longo prazos realizados junto às agências de fomento e instituições financeiras assim como, emissão de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional, que deverá ser mantida como estratégia de financiamento dos investimentos de capital para os próximos anos, de acordo com as limitações da Lei nº 11.101/2005 e demais leis a que está sujeita a Companhia, bem como observando-se as disposições do Plano de Recuperação Judicial e do Aditamento ao Plano.

(a) (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da Companhia esclarecem que, no contexto do processo de recuperação judicial e em linha com o plano estratégico, estão perseguindo opções de maximização do valor da Companhia. Ações de transformação e um modelo de negócio sustentável enfatizam a melhoria da performance operacional e financeira. Dentre as principais ações, inclui-se o desinvestimento de ativos não fundamentais com impacto potencial. Dentre os ativos a serem alienados e iniciativas executadas destacam-se: Torres, Data Center, Imóveis e outros.

Dando prosseguimento aos desinvestimentos planejados, em 24 de janeiro de 2020, a Companhia alienou e transferiu a integralidade das ações de emissão da holding portuguesa PT Ventures SGPS S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

("PT Ventures") à sociedade angolana Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública – Sonangol E.P. ("Sonangol").

O valor total da transação foi de US\$1 bilhão dos quais: (i) US\$699,1 milhões foram pagos à Africatel pela Sonangol em 24 de janeiro de 2020, (ii) US\$60,9 milhões já pagos à Africatel antes da transferência das ações da PT Ventures; e (ii) US\$240 milhões, integralmente garantidos por carta de fiança emitida por banco de primeira linha, a serem pagos incondicionalmente pela Sonangol à Africatel até 31 de julho de 2020, sendo assegurado à Africatel um fluxo mínimo mensal de US\$40 milhões, a partir de fevereiro de 2020.

Em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a venda do imóvel de sua propriedade localizado na Rua General Polidoro nº 99, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, pelo valor de R\$120,5 milhões, com a transferência do referido imóvel para a compradora e a liquidação financeira da transação.

A seguir os Diretores da Companhia comentam sobre as aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos de capital da Companhia relacionados a ativos imobilizados totalizaram R\$7.265 milhões em 31 de dezembro de 2020, R\$7.813 milhões em 2019 e R\$6.077 milhões em 2018. A tabela abaixo demonstra investimentos com a expansão e modernização de instalações nos períodos indicados:

	2020	2019	2018
Item	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)
Equipamento de transmissão de dados	4.033	2.947	1.993
Serviços de instalação	770	742	539
Redes e sistemas móveis	544	905	820
Transmissão de voz	215	496	731
Serviços de tecnologia da informação	495	684	720
Infraestrutura de serviços de telecomunicações	414	429	500
Edificações e benfeitorias	93	88	70
Equipamentos de sistema de gerenciamento de rede	254	224	171
Backbone	488	630	304
Outros	(41)	668	229
Total dos investimentos de capital	7.265	7.813	6.077

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos da Companhia no período de um ano encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 incluíram o seguinte:

- A Companhia direcionou investimentos de R\$544 milhões em 2020, R\$905 milhões em 2019 e R\$820 milhões em 2018 para o segmento de mobilidade;
- Os expressivos investimentos direcionados principalmente à oferta de serviços de banda larga em fibra, tanto visando a ampliação da capilaridade de sua rede, quanto o incremento das velocidades disponibilizadas aos clientes. Adicionalmente, a ampliação de capacidade das redes de dados, visando o atendimento do segmento corporativo, contribuiu para investimentos totais R\$4.033 milhões em 2020, R\$2.947 milhões em 2019 e R\$1.993 milhões em 2018 em comunicação de dados;
- No segmento de voz, os investimentos realizados em 2020, 2019 e 2018 têm sofrido reduções sucessivas ano contra ano. Tais reduções são explicadas pela tendência de queda existente neste mercado com a consequente substituição deste pela telefonia móvel; e
- Visando dar suporte aos crescimentos citados, a Companhia investiu em infraestrutura de telecomunicações, incluindo-se aí as redes de transporte (*backbones*), infraestrutura de TI e plataformas de gerência de redes.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo os novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Inovação, pesquisa e desenvolvimento

A inovação sempre esteve presente no DNA da Oi, desde o seu início, tendo sido o instrumento mais importante para o seu crescimento, sempre com o foco no valor percebido por nossos clientes.

Estratégias e iniciativas inovadoras como a escolha do padrão GSM, as estratégias de convergência e do *SIMcard Standalone* e a iniciativa do desbloqueio de aparelhos. Foi a primeira operadora com oferta quadruple play, um pacote com quatro soluções integradas de telefonia fixa, móvel, internet e TV, quando do lançamento da Oi TV. Foi a primeira companhia em acabar com a multa por mudança de operadora, e também em acabar com a necessidade de uso de vários chips para clientes falarem com isenção de tarifas entre as mesmas operadoras, inovando com oferta que permite aos clientes usarem minutos para qualquer operadora dentre outras. Estas estratégias se transformaram em importantes

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

diferenciais competitivos para impulsionar o crescimento e solidificar a conquista de participação relevante no mercado brasileiro.

A Oi continuará conduzindo as atividades independentes de inovação, pesquisa e desenvolvimento nas áreas de serviços de telecomunicações e tecnologia da informação e comunicação, com objetivo de alavancar o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia além de garantir a excelência nos processos de operação e entrega dos serviços.

As atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento na Oi referenciam-se nos manuais de Oslo e Frascati e utilizam o modelo de inovação aberta em empresas de serviço. Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem o sistema brasileiro de inovação, com destaque para as parcerias junto à comunidade de inovação, fornecedores de equipamentos e soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de inovação e P&D junto aos parceiros do seu sistema.

Criado em 2009, o Programa de Inovação da Oi, está baseado no conceito de inovação aberta - (*Open Innovation*), que preconiza o desenvolvimento de inovação com a participação de um ecossistema de parceiros, composto por universidades e centros de pesquisa, fornecedores tecnológicos e empresas incubadas em centro de excelência em inovação tecnológica, atuando em parceria com a Oi para conceber, desenvolver e implementar soluções e projetos inovadores em produtos, serviços e processos de negócio.

A Oi estabeleceu sua atuação como fomentadora de inovação e P&D no ecossistema através de:

- ☐ Convênios de cooperação e desenvolvimento tecnológico com centros de pesquisa nacionais (ICT's);
- ☐ Convênios com instituições de ensino e pesquisa e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);
- ☐ Parcerias com a indústria de equipamentos de telecomunicação com tecnologia nacional;
- ☐ Parcerias com fornecedores nacionais com grande potencial de inovação

No triênio 2018 a 2020, a Oi esteve focada na estruturação da área de transformação digital e inovação aberta, mapeando e desenvolvendo o seu ecossistema de parceiros e desenvolvendo e estimulando projetos aderentes a esta nova abordagem para a empresa, destacando-se as seguintes atividades:

- ☐ Ampliação da área de transformação digital da companhia;
- ☐ Disseminação inicial da cultura de inovação;
- ☐ Estruturação do Ecossistema de Inovação da Oi;
- ☐ Implantação de processos, acompanhamento e controle dos projetos;

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- ☐ Criação do Oito (Hub de Inovação e Empreendedorismo) focado em inovação aberta no Rio de Janeiro;
- ☐ Celebração de Convênios de Cooperação Tecnológica com Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT's) públicos e privados;
- ☐ Estímulo ao desenvolvimento de novos projetos de inovação e P&D através de iniciativas de fomento;
- ☐ Intensificação do desenvolvimento de projetos com a participação de ICT's;
- ☐ Lançamento de iniciativas para aumento do Ecossistema de Inovação por meio de campanhas internas e externas;
- ☐ Ampliação do Ecossistema de Inovação da Oi por meio de iniciativas de estímulo à apresentação de propostas de projetos, tais como a Chamada de Aplicativos.

Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo

Em 2016 a Oi apresentou à ANATEL proposta para incluir práticas de investimento de "*Venture Capital*" dentre as modalidades de investimento em P&D com o objetivo de alavancar o potencial de inovação em seus negócios, prática essa, denominada "*Corporate Venturing*". Esta atividade se baseia em incubação e aceleração de projetos inovadores muitas vezes advindos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tecnológica, gerando novos produtos e negócios com possibilidade de rentabilização dos investimentos realizados. O diferencial entre o modelo de inovação até então praticado pela Oi e o modelo complementar de "*Corporate Venturing*", consiste na manutenção da propriedade intelectual na "*start-up*" para utilização em projetos internos e produtos de maior valor agregado para a sociedade, gerando, por conseguinte, novas oportunidades de emprego, novos empreendimentos e negócios, desenvolvimento contínuo e avanços tecnológicos, estimulando o crescimento econômico do país.

Em novembro de 2017, em parceria com empresas e centros de pesquisa, a Oi realizou o lançamento da Incubadora Oito, novo hub de empreendedorismo e inovação no Rio de Janeiro, com a visão de criar um polo agregador de empreendedorismo e inovação, referência no Rio de Janeiro na geração de novos negócios, aceleração de soluções tecnológicas, desenvolvimento de "*startups*" e suporte a iniciativas sociais.

O ano de 2018 marcou o início do Programa de Incubação do Oito, onde 7 *startups* foram selecionadas e participaram de atividades de mentoria, capacitação e aceleração que aconteceram no *cowork* do Oito. O ano de 2020 apresentou desafios absolutamente atípicos em função da pandemia, obrigando o espaço a permanecer fechado desde o mês de março até o final do ano.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Tivemos através das Iniciativas Digitais, projetos de aumento da eficiência operacional continuaram gerando redução de custos em diversas frentes tais como: Atendimento, Suporte Técnico, E-commerce e Faturamento. Além dos benefícios financeiros, tais iniciativas resultaram na melhoria da experiência do cliente. O ano de 2020 também foi marcado pelo lançamento de iniciativas inovadoras ligadas à geração de novas receitas para a companhia como o marketplace de produtos da Oi, o Oi Place, lançado no segundo semestre e ofertando ao mercado categorias de produtos de vários grandes fornecedores.

Projetos realizados

No primeiro ciclo do Programa Inova em 2011, foram aprovados seis projetos. Já para o ciclo de 2012, nove projetos foram qualificados para recebimento do estímulo financeiro. Em 2013 vinte e quatro projetos foram desenvolvidos com o suporte deste programa sendo que destes 17 projetos foram integralmente pagos com estes recursos. Em 2014 trinta e sete projetos foram integralmente pagos com estes recursos. Em 2015, vinte e cinco projetos, em 2016, vinte e três, em 2017, 10 projetos e em 2018, 9 projetos foram integralmente pagos com recursos do Programa. Em 2018, o Programa foi descontinuado, restando um projeto que foi finalizado em 2019.

Este processo envolve ainda a avaliação estratégica e financeira das oportunidades estudadas, a escolha das oportunidades mais promissoras e a definição de objetivos, metas e desenho de projetos que serão executados.

Além destas iniciativas diretamente suportadas pela área de P&D existem outras também inovadoras desenvolvidas e geridas individualmente pelas áreas de negócio e de tecnologia da Oi com acompanhamento e suporte do grupo de inovação, que contribuem para o atingimento dos objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Oi.

Os resultados esperados em ambos os contextos são:

- ☐ Aprimoramento da priorização de projetos e alocação de investimentos;
- ☐ Maior sinergia entre as áreas e segmentos no desenvolvimento de projetos com requisitos ou funcionalidades similares;
- ☐ Alavancar melhores vantagens competitivas e percepção externa da atuação inovadora da Oi.

Retrospectiva 2020

Em 2020 foram reforçadas as Iniciativas Digitais alavancando os impactos na experiência do cliente, a melhoria da eficiência operacional e a geração de novas fontes de receita para a companhia.

Dentre as iniciativas, focamos na criação de um Marketplace de produtos e serviços da Oi e de empresas parceiras: o Oi Place. Nessa plataforma, é possível encontrar produtos com foco maior em conectividade, voltados para deixar a casa de clientes mais inteligente, conectada e segura, como *devices* que

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

proporcionem o cliente controlar tudo com seu smartphone, por exemplo, entre muitos outros. No Oi Place, também existem diversas opções de smartphones, acessórios, games, eletrônicos e informática. Todos os produtos são selecionados pelos nossos especialistas para ampliar a experiência digital, além de serem capazes de proporcionar uma experiência melhor do usuário com os produtos de conectividade da Oi (Fibra, internet móvel, etc.).

Ao longo do ano de 2020, o Oito começou a utilizar uma nova metodologia de investimento em startups, apresentando o primeiro caso de uma *startup* investida neste modelo que passou a prestar serviços para a companhia. O Marketplace da Oi foi, e continua sendo, desenvolvida pela *startup* acelerada SM Places, que possui em sua base a maior comunidade de marketplaces de nicho da América Latina. Com as ferramentas da SM Places, é possível criar um marketplace completo, indo desde as questões relacionadas ao marketing (inclusão e edição de Banners, Logo, páginas institucionais, URLs amigáveis etc.), como também cuidar da parte administrativa da loja (cadastro de vendedores; cadastro de compradores, consulta e alteração de status de pedidos, split de pagamento por loja, etc...), e também da gestão do marketplace (criação de produtos e serviços, área restrita para os clientes dos lojistas, dashboard de gestão, etc...). As soluções e produtos desenvolvidos pelas *startups* do Oito contam com o suporte e mentoria da área de Inovação da Oi para serem testados e potencialmente adotados pela companhia, tanto para uso interno quanto para se tornarem parte do portfólio de soluções da empresa oferecido ao mercado.

Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem o sistema brasileiro de inovação, com destaque para as parcerias junto à comunidade de inovação, fornecedores de soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de inovação e P&D junto aos parceiros do seu sistema.

Objetivos relevantes para o ano de 2021

- ☐ Desenvolver novas frentes de produtos alinhadas ao novo posicionamento da companhia
- ☐ Reduzir custos estruturais a partir da digitalização em cinco frentes: Vendas e Marketing, TI, Processos Organizacionais e Rede;
- ☐ Suportar a estratégia de eficiência e simplificação operacional;
- ☐ Desenvolver novas iniciativas com foco na melhoria da experiência do cliente;
- ☐ Intensificar o estímulo ao desenvolvimento de projetos inovadores e disruptivos;
- ☐ Incubar novas empresas no Oito (Hub de Inovação e Empreendedorismo da Oi) acelerando novas ideias / projetos de inovação e P&D com foco em novos produtos e/ou novos modelos de negócio na modalidade de "*Corporate Venturing*";

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- ☐ Fomentar a cultura de inovação e empreendedorismo na Companhia (Empresa Digital).

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os diretores da Companhia esclarecem que não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.